



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 74

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 11 de setembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

A sessão iniciou-se com a leitura, por Sua Excelência a Presidente da ALRAA, de um [Voto de Congratulação pela “XVII Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores”](#), subscrito por todas as bancadas com assento parlamentar, o qual foi aprovado por unanimidade.

De seguida, e pela Sra. Deputada Marta Couto (*PS*), foi apresentado o [Voto de Congratulação pela “atribuição aos Açores do Galardão Quality Coast, nível Platina”](#), subscrito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

Seguiu-se um [Voto de Saudação à “Marcha LGBT”](#), organizada pela associação "Pride Azores", em Ponta Delgada, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Posteriormente passou-se para a leitura de um [Voto de Protesto pelo “cancelamento injustificado da viagem programada para o passado dia 8 de setembro de 2014 para a ilha Graciosa por parte do navio Express Santorini, operado pela Atlânticoline SA”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), usando de seguida da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Ainda para interpelar a Mesa usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Aquando da votação o voto foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento da ALRAA, proferiu uma **Declaração Política** o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usando da palavra sobre a mesma o Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*).

Encerrado o PTAP, passou-se a Agenda da Reunião que se iniciou com a [“apresentação do Relatório sobre a “Posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa ao Programa POSEI 2014-2020”](#).

Apresentado o relatório pelo Sr. Relator da Comissão de Economia, Deputado José Ávila (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Cordeiro (*PSD*),

Duarte Moreira (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*).

Seguiu-se o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/X - Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que “define o Regime Jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo o mesmo baixado à Comissão a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD.

Posteriormente, e pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), foi apresentada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/X – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 17/2009/A, de 14 de outubro, 7/2011/A, de 22 de março e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o regime do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores”](#).

O debate contou com a participação dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Para protestar usou da palavra o Sr. Joaquim Machado (*PSD*) e para um contraprotesto o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade do diploma.

De seguida, iniciou-se o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/X – “Define as entidades que, na Região Autónoma dos Açores, exercem as competências previstas na Lei n.º 27/2013, de 12 de abril”](#).

Apresentada a iniciativa pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), António Parreira (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), António Parreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Por fim foi debatido e aprovado por maioria o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), prosseguindo com a participação dos Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), da Sra. Deputada Marta Couto (*PS*) e da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por maioria.

Seguiram-se as declarações de voto, usando da palavra para o efeito os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Para defesa da honra usou ainda da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 57 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Joaquim Ferreira Machado
José Maria de Medeiros Andrade
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Maurício Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz Rendeiro
Maria Judite Gomes Parreira
Paulo Henrique Parece Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro
Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola
Artur Manuel Leal de Lima
António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados o que significa que temos quórum por isso declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Esta manhã está reservada ao PTAT. Como é habitual vamos começar com a apresentação de votos.

O primeiro será lido por mim uma vez que é subscrito por todos os partidos com assento nesta Assembleia e é um **Voto de Congratulação referente à Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores que este ano reuniu em agosto na Califórnia, Estados Unidos da América.**

Voto de Congratulação

XVII Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores

A XVII Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores reuniu, de 28 a 31 de agosto, nos Estados Unidos da América, tendo como presidente e anfitrião a Casa dos Açores de Hilmar, na Califórnia.

Foi um acontecimento proveitoso e promissor.

Proveitoso, porque reuniu em partilha de experiências e reforço de açorianidade os dirigentes de todas as atuais 14 Casas dos Açores espalhadas pelo Mundo – Hilmar e Nova Inglaterra, nos Estados Unidos da América; Québec, Ontário e Winnipeg, no Canadá; Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Brasil; bem como o Uruguai, além de Lisboa, Norte e Algarve, no continente português.

Promissor, porque contou com a presença da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o que aconteceu pela primeira vez desde a constituição do Conselho Mundial das Casas dos Açores em 1997.

Os deputados regionais José San-Bento (PS), José Andrade (PSD), Artur Lima (CDS-PP), Aníbal Pires (PCP) e Paulo Estevão (PPM) – sendo que a deputada do Bloco de Esquerda não pôde participar por razões de saúde – asseguraram a representação e simbolizaram a consideração do Parlamento dos Açores na Assembleia Geral do Conselho Mundial, ao mesmo tempo que assim melhor se inteiraram da importante atividade desenvolvida pelas nossas “embaixadas culturais” nos continentes português e americano, neste caso desde Winnipeg até ao Uruguai.

A presença do órgão máximo da nossa Região no fórum representativo da nossa Diáspora faz todo o sentido.

Isso mesmo foi reconhecido no presente encontro e incentivado para os encontros futuros por parte das próprias Casas dos Açores.

De facto, como bem afirmou o Presidente do Governo neste evento de forte mobilização comunitária, *“a presença de representantes dos partidos com assento na Assembleia Legislativa dos Açores demonstra que a valorização da ligação com as comunidades da Diáspora não se limita ao Governo ou a um Partido, mas abrange todos os que têm a responsabilidade de garantir que essa relação se mantenha, se reforce e possa continuar a dar frutos no futuro”*.

A XVII Assembleia Geral terá assim inaugurado uma relação mais estreita – premente, conveniente e conseqüente – entre o Parlamento Açoriano e o Conselho Mundial das Casas dos Açores, com manifesta vantagem para ambas as partes.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – através dos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e das Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM – delibera aprovar um **Voto de Congratulação pela realização da XVII Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores com a presença pioneira do Parlamento dos Açores**, do qual deve ser dado conhecimento formal a todas as Casas dos Açores.

Os Deputados Regionais, José San-Bento, José Andrade, Artur Lima, Aníbal Pires, Paulo Estêvão e Zuraída Soares

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PS.

Sr. Deputado António Ventura pede a palavra para?

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 10 horas e 30 minutos.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 41 minutos.

O próximo **Voto de Congratulação** é apresentado pelo PS e refere-se ao **Galardão Quality Coast, nível Platina** e para apresentá-lo tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No passado dia 8 de setembro foi hasteada, na Marina da Horta, a bandeira oficial do Galardão Quality Coast, nível Platina. Este Programa de Certificação Internacional, desenvolvido pelo Coastal and Marine Union (EUCC), da União Europeia, apresenta como objetivo promover o desenvolvimento sustentável em destinos costeiros, através de uma estratégia de informação dirigida aos visitantes, bem como estabelecer uma rede mundial de comunidades costeiras que partilham os mesmos valores e práticas de desenvolvimento sustentável. Com este galardão pretende-se promover os destinos de turismo sustentável, reconhecendo-se nos Açores o apogeu nessa categoria, já que o nível Platina, antes desta atribuição à nossa Região, não existia.

Após os Açores terem já sido galardoados por quatro vezes e consecutivamente, com o nível Ouro, a nossa Região arrecadou, face às melhorias verificadas pelo

júri, 9 pontos nos 10 possíveis, e no respeitante aos 20 critérios correspondentes às 5 categorias analisadas pelo júri deste programa de certificação – Natureza, Ambiente, Identidade e Cultura, Turismo e Negócios, e Segurança e Acolhimento. Este resultado foi, no entender da representante do programa Quality Coast, Marija Pejčić, “um reconhecimento de que o Governo e as autoridades locais têm apostado em melhorar a *performance*”, dando como exemplo “a melhoria das atividades e serviços turísticos, proporcionando uma variedade de oportunidades para atividades desportivas e recreativas amigas do ambiente e as medidas desenvolvidas para combater as alterações climáticas e melhorar a gestão e conservação da natureza, promovendo politicamente a herança histórica e cultural”.

A par dos 23 locais que integram a Rede Natura 2000, das três ilhas classificadas pela UNESCO como Reserva da Biosfera, do Galardão Éden que distinguiu o Parque Natural do Faial como Destino Europeu de Excelência, e da integração do Geoparque Açores, o único no mundo que abrange um arquipélago e a zona marinha envolvente, na Rede Europeia e Global de Geoparques, o Galardão ora atribuído apenas contribui para, uma vez mais, afirmar a nossa Região como uma em que as políticas de sustentabilidade representam uma aposta de suma importância.

A beleza ímpar das nossas paisagens, os percursos pedestres, os trilhos, a disponibilização de programas de mergulho com tubarões ou jamantas e de observação de baleias e golfinhos, a nossa rede de áreas protegidas e de centros ambientais, a promoção de eventos desportivos de Natureza, as infinitas possibilidades que a nossa Região nos oferece a nível das singulares fauna e flora, e, acima de tudo, a nossa riquíssima herança cultural e identitária, são alguns dos contributos valiosos para que os Açores sejam reconhecidos como um destino não só de excelência, mas de referência.

Nos termos regimentais estatutários, o Partido Socialista apresenta, deste modo, voto de congratulação pela atribuição aos Açores do Galardão Quality Coast, nível Platina, galardão único, que coloca a Região na liderança dos destinos turísticos sustentáveis a nível mundial.

Que deste voto seja dado conhecimento às Organizações Ambientais da Região, aos membros do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e às Secretarias Regionais do Turismo e Transportes; Mar, Ciência e Tecnologia; e Agricultura e Ambiente.

Sala das Sessões, Horta, 11 de setembro de 2014

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Marta Couto, Berto Messias, Paulo Borges e Lúcio Rodrigues

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente a este Voto de Congratulação pelo Galardão Quality Coast, nível Platina.

Os Açores têm sido classificados por diversas vezes com título de excelência a nível mundial, sinal de potencial turístico que a Região possui, desde Santa Maria ao Corvo.

O investimento privado na região e a aposta em empresas de animação turística nas áreas de mergulho, *whale watching*, *snorkeling*, bem como pesca desportiva, feita com profissionalismo e segurança, tendo em conta a preservação ambiental, tem contribuído para o bom nome da Região.

Lamentavelmente a sazonalidade que tem que ser combatida é um entrave ao sucesso das empresas de turismo. Há um grande trabalho a ser feito pelo Governo em colaboração estreita com os privados, para ultrapassar todos esses obstáculos que ainda existem nesse setor.

Os Açores estão de parabéns por mais um galardão e também todos os açorianos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao próximo voto, é um Voto de Saudação, apresentado pelo BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

O direito de nos manifestarmos e de termos orgulho naquilo que somos, naquilo que nos dá prazer, de quem gostamos, de defender as nossas convicções, são direitos humanos, fundamento de qualquer regime democrático.

A vergonha, socialmente imposta e politicamente consentida, tem, como principais vítimas, as minorias de toda a natureza que são «enfiadas num qualquer armário». Por isso, compete-nos, como representantes do poder político, contribuir para quebrar barreiras e abrir armários.

A Marcha LGBT que ocorreu, em Ponta Delgada, organizada pela associação ‘Pride Azores’ procurou, à semelhança de outras iniciativas, retirar os/as Açorianos/as gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais da invisibilidade e entregar o espaço público a todas as manifestações de afeto, independentemente da orientação sexual.

O preconceito e a discriminação existem, nos seus mais diversos graus, só ocultados pela invisibilidade social das suas vítimas, pelo que qualquer manifestação é, também, um meio de combater ambos. Por isso, a desvalorização da importância da referida visibilidade é, também ela, uma forma de cumplicidade, com o preconceito e a discriminação.

Lembramos que a homossexualidade deixou de estar incluída na classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990. No entanto, persistem ideias e conceitos distorcidos, orientadores da conceptualização das

peças, na g nese do preconceito. Essas distor es estão patentes, no caso da homossexualidade, bissexualidade e transsexualidade, sempre que estas orienta es do desejo são identificadas como doença, ou ainda confundidas com a pedofilia.

A invisibilidade social   sin nimo de insensibilidade social, tão mais intensa, quanto mais reforçada pela violência, razão para que o bullying contra as comunidades LGBT não sejam, socialmente, percebidas, como crimes que são, mas antes, como tradi es.

A Marcha do passado dia 30 de agosto (que decorreu em Ponta Delgada) celebrou e procurou antecipar um mundo em que são há pessoas que amam outras pessoas, não fosse a igualdade de Direitos, sem distin o de nacionalidade, crença religiosa, sexo ou orienta o sexual, uma questão de Direitos Humanos.

Assim, ao abrigo das disposi es regimentais e estatutárias, a Representa o Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe   Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprova o de um Voto de Sauda o   Marcha LGBT, ocorrida em Ponta Delgada, a 30 de agosto de 2014.

Deste Voto deverá ser dado conhecimento às associa es LGBT Pride Azores, ILGA Portugal e Opus Gay.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2014

Disse.

A Deputada: Zuraida Soares

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Estão abertas as inscri es.

Pergunto se há inscri es?

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve para associar o Grupo Parlamentar do PS a este Voto apresentado pelo BE e dizer que para nós, para o PS, também em coerência com aquele que tem sido o património do PS no nosso País, na busca constante de avanços civilizacionais que combatam a discriminação e qualquer tipo de perseguição, seja por questões raciais, por orientações sexuais, seja de que forma for, em coerência com esse património, o PS associa-se a este voto porque julgamos que qualquer iniciativa – tenha dez, tenha duas pessoas, tenha vinte pessoas, tenha quinze pessoas – que promova uma discussão aberta, desempoeirada e que permita e garanta uma evolução na nossa sociedade e uma evolução de mentalidades da nossa sociedade será sempre, sempre um motivo positivo, para o qual os agentes do sistema político devem contribuir ativamente.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS associa-se ao voto aqui apresentado pelo BE.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Voto é de Congratulação, e eu quero congratular-me, em nome do BE, por enfim ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É de saudação!

A Oradora: A intervenção é de saudação mas eu congratulo-me com a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, líder do partido maioritário e gostava de trazer aqui um pensamento muitas vezes repetido por Einstein que dizia que “é mais difícil quebrar um preconceito do que quebrar o átomo”.

Na realidade penso que votando favoravelmente esta Assembleia, este Voto de Saudação, a Assembleia Legislativa dos Açores dá um exemplo de democracia, de combate pelos direitos humanos e de modernidade e progressismo que honra

esta Região e honra sobretudo todos os açorianos e açorianas que pertencem, ou não, a esta comunidade LGBT.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não acredito!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Ventura tinha pedido a palavra para uma declaração de voto, suponho.

Tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nosso sentido de voto, o PSD-Açores e o Grupo Parlamentar respeitam, por princípio, a liberdade dos cidadãos se manifestarem sobre as suas opções de vida e sobre a sua orientação da cidadania e toda essa liberdade que a cidadania lhes confere.

Portanto, neste sentido, aliás, liberdade que também é consagrada na nossa Constituição, entendemos que se a cada momento formos saudar uma manifestação sob um tipo de organização e sob um tipo de orientação ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma mentira!

O Orador: ... obviamente que o Parlamento está aqui a tomar posição.

Portanto, respeitamos por princípio ...

(Apartes inaudíveis dos deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: ... a sociedade organizada e o seu ato de manifestação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que tristeza!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, suponho que é para uma declaração de voto.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas dizer que em nome do BE não é possível a um cidadão ou a uma cidadã de pleno direito, sobretudo com responsabilidades políticas abster-se no combate pelo mundo onde os direitos humanos e a não discriminação seja a palavra de ordem.

Deputado António Ventura (PSD): É a liberdade!

A Oradora: Não há abstenção para um responsável político quando a luta pelos direitos humanos está em causa.

Muito obrigada.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): São tão esclarecidos!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Vamos continuar com a apresentação dos votos.

O próximo voto é um Voto de Protesto, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Sras. e Srs. Deputados eu perguntava ao PSD se fez distribuir por todas as bancadas o Voto de Protesto?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não tenho!

Presidente: Fez?

Então Sr. Deputado João Bruto da Costa peço desculpa pela interrupção.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado João Bruto da Costa faça a apresentação do seu voto.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

No passado dia 8 de setembro de 2014 estava prevista uma viagem do navio Express Santorini, operado pela Atlânticoline SA. oriundo da ilha Terceira e prevendo seguir, após escala na Praia da Graciosa, para as ilhas do triângulo.

Sucedede que, sem justificação plausível, o operador do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores decidiu cancelar a respetiva viagem para a ilha Graciosa, seguindo diretamente para as Velas, em S. Jorge.

Esta opção de cancelar a referida viagem gerou indignação geral na ilha Graciosa e nos passageiros que aguardavam o navio pois, conforme foi comprovado por todos, inclusivamente pelo piloto de barra presente no Porto da Praia da Graciosa, as condições de mar não eram impeditivas da viagem programada.

No mesmo dia que cancelou para a ilha Graciosa, o navio fez a viagem da Praia da Vitória para as Velas, seguindo para S. Roque e depois para a Horta.

No Porto da Praia da Graciosa nada impedia o navio de operar.

Pelo que foi apenas por vontade inexplicável da Atlânticoline que não se realizou a viagem para a ilha Graciosa no referido dia 8 de setembro de 2014, prejudicando passageiros e operadores turísticos sem razão atendível.

Não pode esta atitude deixar de merecer a censura pública, pois tratando-se de um serviço público, prestado por uma empresa tutelada pela região, não é aceitável que se deixe de servir a ilha Graciosa sem explicação ou justificação.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados do PSD propõem o seguinte voto de protesto:

1 – A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu protesto pelo cancelamento injustificado da viagem programada para o passado dia 8 de setembro de 2014 para a ilha Graciosa por parte do navio Express Santorini, operado pela Atlânticoline SA.

2 – Deste voto deve ser dado conhecimento ao Governo Regional, à Atlânticoline SA. e à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, 11 de setembro de 2014

Os Deputados: João Costa, Valdemiro Vasconcelos, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Belo

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que nem sei o que devo dizer relativamente a este voto de protesto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não há nada a dizer!

O Orador: Isto é uma questão técnica, isto não é uma questão política e a primeira questão que se coloca é a seguinte: cabe ao Comandante do navio decidir se estão ou não reunidas as condições de segurança para poder operar.

No dia 7, o navio operou no porto da Praia da Graciosa com vento de 17 nós de norte. Lembro que o vento norte no porto da Praia da Graciosa corre perpendicular ao posto de acostagem.

Um navio como o Santorini, que é um navio que eu já manobrei e não vou referir-me às condições de manobra do navio, como é óbvio, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas devia!

O Orador: ... é um navio com uma área vélica considerável e portanto a previsão para o dia seguinte era bem pior.

Só no dia 8, de manhã, e confirmado que o vento continuava do norte entre 22 a 25 nós, é que o Comandante decidiu cancelar a viagem, e decidiu bem, porque a

prioridade é a segurança do navio, da tripulação e dos passageiros que estão a bordo.

Portanto, não há nenhum reparo a fazer àquele que foi o procedimento do Comandante do navio que procedeu corretamente, inclusivamente cancelando a viagem no próprio dia de manhã e não na véspera, como alguém afirmou.

Há no entanto, aqui, um reparo que deve ser feito porque faz, do meu ponto de vista, todo o sentido.

Os senhores afirmam que todas as pessoas que estavam presentes no porto, consideraram que havia condições para o navio operar.

Primeiro: o navio não deixou de operar por causa das condições de mar, mas sim por causa das condições de vento. São coisas diferentes.

Depois dizem que o próprio piloto da Barra entendia que havia condições para operar.

Bem, isto é uma questão que eu chamo a atenção do Sr. Secretário do Turismo e Transportes e da própria Portos dos Açores, porque obviamente que o piloto da Barra não pode em cima do cais e no meio de todos os passageiros, com um navio à distância e a viagem já cancelada, estar a pronunciar-se sobre coisas dessas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É censura!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É liberdade de expressão!

O Orador: Não. Não. Desculpe. Isso é de uma enorme falta de profissionalismo que não é de todo admissível e deveria ser obviamente confirmada pelas entidades competentes.

Por tudo isto o cancelamento foi feito pelas razões que eu já expliquei e foi feito com todo o rigor e toda a atenção pelo Comandante do navio e por isso mesmo o Grupo Parlamentar do PS votará contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O BE não vai associar-se a este Voto de Protesto.

Primeiro, pelas razões absolutamente razoáveis apresentadas e referidas agora pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado. Isto não é propriamente uma brincadeira, são vidas humanas, são pessoas que estão em causa.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

O Orador: Não nos compete a nós, pelo menos eu não me sinto capacitada para o fazer dentro dos meus conhecimentos para ajuizar se haviam ou não condições para fazer este tipo de viagem.

Confio que quem tem a responsabilidade e o conhecimento para isso decide da melhor maneira.

Se há alguma coisa a que eu me associaria para protestar, até como uma cidadã que eventualmente estivesse na situação de fazer esta viagem, seria a ausência de uma explicação plausível a quem estava à espera da viagem para que ela não fosse feita.

Eventualmente, nesse momento, eu como cidadã protestaria e exigiria uma explicação. Mas isso é uma coisa. Protestar contra uma decisão responsável e que eu não tenho competência para pôr em causa, não.

Portanto, o BE votará contra este Voto de Protesto.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Face à explicação que foi dada pelo Deputado Lizuarte Machado, o PCP não pode de maneira nenhuma associar-se a este voto.

Aliás, eu desafio a bancada do PSD, designadamente o Deputado João Bruto da Costa, a fazer votos de protesto quando há cancelamentos da SATA devido ao mau tempo, em que o Comandante decide ou não se tem condições para operar no aeroporto da Graciosa.

Portanto, isto são questões que ultrapassam claramente o foro político, que ultrapassam claramente a gestão comercial ou as opções das empresas. Isto tem a ver com questões de segurança.

Como já aqui foi dito com questões de segurança não se brinca. Se não havia condições para operar no porto da Graciosa, com certeza que a decisão cabia ao Comandante e se a decisão coube ao Comandante foi em termos da salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto o PCP não pode de maneira nenhuma utilizar este tipo de iniciativa para de uma forma puramente demagógica estar a protestar relativamente a uma decisão que foi uma decisão técnica e que teve origem nas condições climatéricas que nesses dias afetavam a Região, designadamente a zona onde está inserida a Graciosa.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ora bem, eu julgo que nestas matérias onde envolve alta responsabilidade, quem tem nas suas mãos e nas suas decisões a segurança de pessoas e bens, devemos ser sempre muito criteriosos.

Eu compreendo que possa ter causado algum transtorno o navio não ter escalado a ilha Graciosa, mas o que eu ponho acima de tudo é a segurança das pessoas e a segurança dos bens e quem tem que ajuizar nessa matéria é, como está determinado por todas as normas, o Comandante da embarcação, seja um navio, seja um avião, ou seja até o condutor de um carro, quando tem que decidir se tem que fazer alguma coisa.

Se o Comandante do navio decidiu que não tinha condições - e como já foi aqui referido e bem as condições de mar e as condições de vento são duas coisas diferentes, uma coisa não implica a outra, muitas vezes – e se as razões evocadas foram razões de segurança, eu para opor-me a isso teria que ter fundamentados motivos, até meteorológicos, que me levassem, não sendo

especialista na matéria, mas que me pudessem sem qualquer margem para dúvida, fundamentar que o Comandante teria tomado uma decisão errada.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

O Orador: Não tendo esses elementos na minha mão, nem na nossa mão, acreditamos que o Comandante agiu pelo melhor, agiu na defesa e da segurança das pessoas e bens.

Portanto, também não podemos, nem concordamos com este voto, que é apresentado aqui de uma forma que não fundamenta bem as razões pelas quais o navio não escalou a Graciosa.

Quanto à questão do piloto de Barra, ora bem, não é função dele, propriamente, estar no meio das pessoas a emitir opiniões. Isso é verdade! Aliás há uma regra que se diz na aviação, quando tem dois Comandantes a bordo que aquilo dá sempre erro. Portanto, tem que haver um Comandante e um que obedeça. Quando tem dois que mandam a coisa não funciona.

Parece que no caso dos navios é assim Sr. Comandante.

Quando tem um Comandante em terra que manda e um Comandante no navio que manda, às vezes dá isto.

Agora, também é preciso comprovar se efetivamente o senhor piloto de Barra terá dito aquilo ou não.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, tenho a maior estima e consideração pelos conhecimentos técnicos do Sr. Deputado Lizuarte Machado e não estou a ser irónico nesta afirmação. Tenho mesmo. Sei que o Sr. Deputado é um homem conhecedor desta matéria, mas sei também que quem estava no local, naquele dia, à hora que o navio informou os passageiros, aliás nem informou os passageiros, que o navio não ia à Graciosa, era assim que estava o mar na Graciosa.

(Neste momento, o orador mostrou uma imagem)

Deputado José Ávila (PS): E veja o vento!!

O Orador: Até estava lá uma corveta. Até estava lá uma corveta ou uma fragata. Até tinha lá operado, na véspera, o Espírito Santo com condições piores.

As pessoas telefonavam-me insistentemente para eu ir lá e eu dizia que não podia ir porque estava aqui, para falar com o piloto de Barra que também lá estava, para saber afinal por que é que somos sempre nós, por que é que é sempre a Graciosa a ser posta de lado pela Atlânticoline.

Deputado André Bradford (PS): O senhor insiste é nisso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu só posso lamentar é que quem não assistiu, quem não presenciou, quem não pode comprovar, *in loco*, as razões para o cancelamento possa dizer que não havia condições para operar, porque até agora não há uma única justificação, não há uma única justificação, zero, não foi condições de segurança, não foi condições de operacionalidade.

Deputado José San-Bento (PS): Não faz sentido!

O Orador: Ninguém na Graciosa pretende pôr em perigo a segurança dos seus passageiros, dos seus turistas, de quem nos visita.

Agora há uma coisa que temos que ter em consideração: quem usa estes meios e quem necessita deles para fazer a sua vida e salvaguardar o seu negócio, porque houve muita gente prejudicada. Houve pessoas que tiveram grande dificuldade em regressar à sua ilha.

O que está em causa é que não havia naquela ocasião, e o senhor Comandante sabe, o Sr. Deputado sabe aliás porque nas entrelinhas disse-o, “que o cancelamento não foi de véspera – se o estou a citar bem - como ouviu por aí dizer”. Sabe isso. Sabe que os passageiros ficaram indignados porque na véspera o navio esteve lá, já sabendo que não ia no dia seguinte e não disse nada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Já sabiam!

O Orador: Isso pode sempre dizer, é o diz que disse. É o boato, é a boataria.

O que interessa realmente Sras. e Srs. Deputados é que mais uma vez, e só lamento que os Srs. Deputados eleitos pela Graciosa, ou residentes na Graciosa não tenham liberdade de poder defender a sua terra.

Deputada Graça Silva (PS): Não se importa de pôr as pessoas em perigo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é pôr as pessoas em perigo. O barco é que é velho!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Oh! Mas que é isso?!

Deputado José Ávila (PS): O senhor é uma desgraça!

O Orador: Lamento, porque a verdade é que o navio não tinha razões para não ir à Graciosa, o navio não tinha – segundo quem estava no local, segundo pessoas com conhecimentos técnicos que estavam presente ...

Deputado José Ávila (PS): A sua qualidade está a ser revelada cada dia que passa!

(Apartes inaudíveis do Deputado António Parreira)

O Orador: Há ali um senhor que está constantemente a insultar-me.

Agradecia que lhe chamasse a atenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é?

O Orador: O Sr. Deputado António Parreira está constantemente a insultar-me Sra. Presidente, agradeço ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já ontem foi-vos pedido que os apartes, apesar de regimentais, não só não devem interferir com o bom funcionamento dos trabalhos, como também não devem de forma alguma insultar ou insinuar questões em relação aos colegas, ou em relação à Assembleia.

Deputada Judite Parreira (PSD): Revelam a educação de cada um!

Presidente: Apelo a todos a vossa compreensão para esta situação.

(Apartes inaudíveis ente os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Srs. Deputados vamos permitir que o Sr. Deputado João Bruto da Costa, que também já tem muito pouco tempo, conclua a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado Sra. Presidente.

Apenas para concluir, de facto os graciosenses sabem o que é que está em causa, os graciosenses sabem o que é que se passou e não vale a pena virem com essa tentativa de atirar para outras questões.

Aquilo que de facto aconteceu foi mais uma vez a Atlânticoline a ignorar as necessidades de uma ilha como a Graciosa.

Deputada Judite Parreira e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Ávila ...

Deputado João Ávila (PS): Para um protesto.

Presidente: Para um protesto.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Protesto porquê?

Deputado Luís Maurício (PSD): Então não fundamenta o protesto?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um protesto a uma declaração de voto? Tem razão, não foi uma declaração de voto!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados ...

Srs. Deputados vamos lá ver uma coisa: isto ainda é de manhã e as coisas já não estão a correr bem.

Eu dei a palavra ao Sr. Deputado para ele justificar qual é o motivo do protesto.

Como é que ele pode justificar se eu não lhe der a palavra.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não foi isso que a senhora disse!

Presidente: Só depois dele justificar é que eu entenderei se lhe posso dar a palavra para um protesto ou não.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não foi assim que a senhora fez!

Presidente: Depois, eu quero esclarecer, já não é a primeira vez, o Regimento é muito claro: só não é possível fazer protestos a declarações de voto. O que está aqui em causa são votos, não são declarações de voto. São votos!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está em causa! Começou a correr mal foi ontem à tarde!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa tenta gerir os trabalhos da forma que pode, que sabe e em função das circunstâncias que estamos e que a todo o momento se nos coloca, o Sr. Deputado José Ávila irá dizer qual é o motivo pelo qual pede o protesto e se eu entender que ele tem motivo para fazer o protesto dar-lhe-ei a palavra, se entender que não tem não lhe darei a palavra, como tenho feito a todas as bancadas.

Se o senhor se recorda também ao Sr. Deputado Berto Messias não lhe permiti que ele fizesse um protesto, ainda ontem.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila qual é o motivo do seu protesto?

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O protesto tem a ver com o facto do Sr. Deputado João Bruto da Costa ter dito que os Deputados residentes na Graciosa não tinham a liberdade de defender a sua ilha.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E...

O Orador: Portanto, suponho que isto é suficiente para fazer um protesto.

Já vi outras situações em que isso foi feito.

Se a Sra. Presidente autorizar-me gostaria de fazer um protesto sobre essa matéria.

Presidente: Vou dar-lhe a palavra para o protesto.

Tem três minutos Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Ávila (PS)**: Muito obrigado Sra. Presidente.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa tem sempre esta mania que é a única pessoa que defende a Graciosa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma posição política! Isso é uma ofensa!

O Orador: Inclusivamente dentro do PSD ele julga-se como o único que tem o privilégio de defender a sua terra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como é que o senhor sabe isso?

O Orador: Queria dizer ao Sr. Deputado João Bruto da Costa que isso é uma falsidade. É uma falsidade!

Se o senhor anda a pensar que é assim o senhor está muito enganado e qualquer dia vai perceber que não é bem assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já dizia isso!

O Orador: Há outras pessoas que defendem a sua terra, quer no seu partido, quer no meu partido e inclusivamente noutros partidos que aqui estão.

De todas as bancadas tenho ouvido, ouço e vejo escrito situações, algumas das vezes com as quais eu não concordo, mas tenho que reconhecer que todos eles defendem os Açores e também neste caso defende a Graciosa, da direita à esquerda, da esquerda à direita.

Portanto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, o senhor no aspeto de defesa da Graciosa não está nem nunca estará sozinho. Deus nos livre!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão...

Presidente: Sr. Deputado José Ávila tem que limitar-se ao protesto, não poderá fazer nenhum outro tipo de intervenção.

O Orador: ... que foi dita que eu insultei o senhor deputado, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ninguém disse que o senhor insultou. Foi o Toste!

O Orador: Sr. Deputado o senhor vá ver no registo dos diários das sessões e veja quem é que insulta ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... aqui nesta Casa de uma forma bastante grave, bastante gravosa ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foste tu!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila ...

O Orador: ... inclusivamente que obrigou já por diversas vezes a pedir desculpa.

Presidente: Sr. Deputado ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quero um protesto, um contra protesto e um protesto!

O Orador: Sra. Presidente termino já dizendo que é bom que este Plenário acabe para o PSD porque realmente isto está a correr muito mal.

Presidente: Sr. Deputado José Ávila uma advertência.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa não o acusou a si de nada. Não foi assim.

(Aparte inaudível do Deputado José Ávila)

Presidente: Não foi. Não foi.

Sr. Deputado João Bruto da Costa vai usar da palavra para um contraprotesto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim.

Presidente: Tem dois minutos Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Isto merecia realmente não era um contraprotesto era um duplo protesto, porque o senhor aquilo que fez com o seu protesto não foi defender sequer nem protestar pelas minhas palavras. O senhor protestou, enfim, porque não tem com que justificar o injustificável.

O senhor diz que eu acusei-o. É verdade. A minha opinião é que os senhores não estão a fazer o que devem fazer para defender a Graciosa.

Deputado Manuel Pereira (PS): Uma aziazinha!

O Orador: É a minha opinião. Tenho direito a ela.

O senhor quer protestar em relação a isso. Está à vontade. Proteste. A dualidade de critérios nesta Casa também já a conhecemos em algumas situações e

portanto o senhor proteste à vontade por eu achar que o senhor e o seu colega residente na Graciosa não defendem a ilha como deviam defender.

Eu não acusei mais bancada nenhuma de não defender a Graciosa. Eu disse que eram os senhores, os deputados do PS residentes na Graciosa, que não defendem a Graciosa como têm obrigação de defender.

Deputado José Ávila (PS): E o senhor é um exemplo!

O Orador: Aliás, eu não me pus a mim como exemplo de defesa da Graciosa.

Eu disse que este era o momento em que os senhores tinham oportunidade de mostrar que realmente o que querem é defender intransigentemente os direitos, os interesses e as necessidades daquela ilha.

O senhor sabe perfeitamente que este protesto podia ir muito além do cancelamento de uma viagem. Este protesto podia ir muito além do cancelamento da viagem. Podia ir, por exemplo, em relação à questão dos passageiros não poderem sair do navio; de estarmos como antigamente a atirar meloas para cima do barco para as pessoas poderem levar meloas. Podia ir a isso!

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente!

O Orador: O protesto podia ir a isso tudo.

Portanto, o Sr. Deputado sabe que o cancelamento da viagem não há justificação.

Aliás, conhece alguma justificação?

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar. Já terminou o seu tempo.

O Orador: Conhece a justificação para o cancelamento da viagem?

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a ouvir a Sra. Presidente?

O Orador: Onde é que ela está?

Telefonaram-lhe? Telefonaram-lhe?

Pronto está bem. Então deve ser pelo telefone.

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: O senhor lá tem a sua forma de encontrar justificações.

Sr. Deputado ...

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa...

O Orador: ... disse-o e reafirmo ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não quer saber.

Deputado José Contente (PS): O voto correu mal por isso faz uma intervenção!

Neste momento, o microfone foi desligado pela Mesa. No entanto foi audível a seguinte frase proferida pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os Srs. Deputados do Partido Socialista residentes na Graciosa não defendem a sua terra.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa obrigada pela sua intervenção e pela dimensão do tempo que utilizou.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, deduzo que é para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Parlamento tem regras e a Mesa deve conduzir os trabalhos com total isenção, portanto não deve tomar posições diferentes favorecendo determinados grupos partidários ou o Governo Regional.

Vou dizer claramente que em relação à condução dos trabalhos por V. Exa., essa condução dos trabalhos tem sido absolutamente arbitrária e que nesta situação em relação ao protesto que foi realizado pelo PS e que foi negado à Representação Parlamentar do PPM exatamente, exatamente nos mesmos moldes, V. Exa. teve uma condução dos trabalhos arbitrária favorecendo objetivamente o PS e o Governo Regional, algo que se tem vindo a incrementar nos últimos meses.

Portanto, é esta a posição absolutamente veemente que eu quero apresentar aqui por parte da Representação Parlamentar do PPM dizendo a V. Exa. que a condução dos trabalhos é absolutamente arbitrária e favorece o PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não apoiado!

Presidente: Obrigada pela sua interpelação, Sr. Deputado.

A Mesa regista a sua indignação, naturalmente não concordo consigo.

Aliás eu tenho feito um esforço para que a todas as bancadas possam ser concedidas as figuras regimentais quando elas têm que ser concedidas, mas eu também queria dizer-lhe Sr. Deputado Paulo Estêvão, apesar deste não ser o momento e guardaremos isso com certeza para a nossa reunião de Conferência de Líderes, que o cumprimento de regras não passa só pela Mesa, passa por cada um das Sras. e dos Srs. Deputados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: A do tempo é uma delas; o uso das figuras regimentais quando esgotam o seu tempo para poderem continuar a falar é outra delas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o caso!

Presidente: Portanto, Sr. Deputado não creio que a Mesa tenha de forma alguma no decorrer destes trabalhos, nem neste plenário, nem noutros, tido a atitude parcial que o senhor acusa, mas como estamos em democracia o senhor tem todo o direito de manifestar a sua opinião.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Tem a ver com a questão da condução dos trabalhos por V. Exa.

Por parte da Representação Parlamentar do PCP não considera que V. Exa. tenha conduzido ou conduza os trabalhos com qualquer tipo de parcialidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais intervenções nem interpelações.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado António Parreira (PS): Vai enterrar-se ainda mais!

O Orador: Apenas para dizer que é lamentável que o PS não tenha sido capaz de comunicar ao Presidente da Câmara e Vereadores do PS, em Santa Cruz da Graciosa, toda essa grande razão que tiveram para votar contra este protesto, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não votámos sozinhos!

O Orador: ... porque hoje mesmo a esta hora (há poucas horas atrás) foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa um voto de protesto por este mesmo motivo.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma vergonha!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha declaração de voto eu queria reafirmar o seguinte.

Enquanto o Sr. Deputado Bruto da Costa não trazer a esta Casa provas concretas, objetivas e especializadas das razões por que o navio Expresso Santorini, operado pela Atlânticoline S.A., oriundo da Ilha Terceira e que previa seguir para as ilhas do triângulo, após fazer escala na Praia da Graciosa, não o ter feito, eu, em nome do BE, não admito ao Sr. Deputado reivindicar a defesa dos e das graciosenses por oposição a todos os outros Deputados ou Deputadas, tenham ou não sido eleitos pela Ilha Graciosa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Até prova em contrário defender os graciosenses e as graciosenses também é não os expor a riscos desnecessários que não nos cabe a nós, nem está dentro das nossas competências decidir até que ponto é que esse risco existe ou não existe.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: O BE aguarda as provas do Sr. Deputado para aqui se retratar, se for esse o caso, relativamente ao voto contra o voto de protesto do PSD.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais declarações de voto vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 49 minutos.

A Conferência de Líderes esteve reunida e decidiu o seguinte: será feita agora a declaração política do PPM, depois encerraremos o PTAP, naturalmente

permitindo as intervenções que o Regimento prevê a essa declaração política e amanhã de manhã, sexta-feira, retomaremos com o PTAP para poderem ser lidos os votos de pesar que a Mesa ainda tem e para que o PS possa fazer a sua declaração política.

Finalizando o PTAP faremos um pequeno intervalo e retomaremos a agenda ainda de manhã.

Sendo assim eu dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para fazer a sua declaração política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É cada vez mais difícil conseguir apresentar no Parlamento dos Açores uma Declaração Política. Esta é a terceira declaração que escrevo nos últimos 4 meses e ainda assim não tenho, no momento em que escrevo, a certeza que desta vez é que é.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Contente (PS): De facto é preferível!

O Orador: A culpa é da moda dos votos. Temos de tudo. Uma congratulação para o campeão de berlinde da Rua da Pureza. Outra para o trigésimo aniversário do Padre João Baganha. E mais uma para assinalar os incontestavelmente longevos primeiros seis meses da inauguração da Capela da Esperança.

Num outro estilo temos, também, os votos dos dragões e dos unicórnios do ex-deputado do BE e também o tradicional voto de privatização e apropriação partidária do 25 de Abril por parte do PCP. No final de tudo, um voto de homenagem ao inesquecível ex-Presidente do Governo Regional e atual presidente honorário vitalício, Carlos César.

Até eu já pensei apresentar aqui um voto de agradecimento e despedida ao Carlos Ávila, ao João Ponte, ao Fagundes Duarte, à Graça Teixeira, à Cláudia Cardoso e ao José Contente. Só não o fiz porque, tendo em conta a lógica destes

tempos, me arrisco a reencontrá-los, após um curtíssimo período de degedo, num qualquer gabinete do mar, a exercer, e cito a requintada descrição oficial, funções relacionadas com a sua formação.

Enfim, como diria o inesquecível António Guterres: “é a vida”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta a oportunidade rara de ler nesta tribuna uma Declaração Política, peço desde já desculpa a esta Câmara pelo facto de ter de abordar duas questões de natureza muito diferente. Tomo esta decisão com o conforto de saber que ainda assim fico muito longe da média da casa. Dois assuntos são muito menos que os trinta do Sr. ex-Deputado Paulo Mendes e muito mais que a narrativa cinzenta e solitária do Deputado Berto Messias, cuja célebre conclusão quase inalterável é conhecida de todos: viva o PS, abaixo a oposição, o PSD e o António Seguro (esta última é a novidade do momento).

O primeiro assunto que quero aqui abordar é a visita estatutária que o Governo Regional irá realizar, no decorrer deste mês, à ilha do Corvo. Deixem-me propor-vos um breve roteiro para a visita. Apertem os cintos, relaxem e não tenham pressa porque não têm nada para inaugurar.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O máximo que se poderá vir a arranjar são umas maquetes voltadas para o futuro.

Depois de descerem do avião dirijam-se ao restaurante traineira para retemperar as forças. Sentir-se-ão em casa.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Em frente ao restaurante fica a nova e resplandecente Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Ilha do Corvo. É bastante funcional, já foi estreada, mas ainda não foi inaugurada formalmente. Só vos

peço um favor: não a inaugurem logo depois do almoço. É só mesmo para não destoar com o contexto de tempos passados e há muito esquecidos.

A cerca de dez metros encontra-se a nova da sede do PSD na ilha do Corvo. Se quiserem alguma coisa dali aconselho-vos a telefonar com alguma antecedência.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Sigam pela Rua da Matriz até chegar ao cruzamento com a Rua das Pedras. Uma vez ali chegados podem apresentar novamente, no decadente mas muito antigo edifício que preside ao largo, o Projeto do Ecomuseu da Ilha do Corvo, que resultou da aprovação de um Projeto de Resolução do PPM e de uma longa luta pela preservação do património cultural da ilha do Corvo. Diga-se, em abono da verdade, que o projeto é, neste caso, de grande qualidade. Mas ainda falta fazer quase tudo. Espero que não mudem de ideias, como sucedeu com a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores.

Neste local a rua é sempre a descer. Cuidado para não escorregarem e não se magoarem. A esta hora – se seguirem esta proposta de roteiro com rigor deverão estar no início da tarde – o médico local já deverá estar de prevenção, depois de uma longa jornada laboral que se terá prolongado das 9h30 às 11 horas, mais coisa menos coisa. Convém, pois, programar a queda para o princípio da manhã.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Seja como for, se o azar vos bater à porta terão a oportunidade de conhecer o velho edifício da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo. Aconselho, se me é permitida a sugestão, uma total requalificação do edifício e dos seus equipamentos. Sugiro, também, não querendo entrar na coutada privada do deputado Ricardo Cabral, a adoção de um programa de saúde oral que funcione com regularidade e eficiência.

Logo por cima do edifício da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo encontra-se a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira. O edifício da escola necessita de ser dotado de mais algumas salas de aula, uma vez que a partir do próximo ano letivo as salas de aula existentes passarão a ser insuficientes devido ao incremento do número de turmas que resultou do início da lecionação do ensino secundário. A pintura do edifício está decadente e os laboratórios necessitam de adequar as suas valências às exigências do ensino secundário. Tratem disso.

Do outro lado da rua encontra-se o Polidesportivo do Corvo. Devido ao péssimo projeto adotado pelo Governo Regional, o piso encontra-se desnivelado e totalmente gretado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é para corvinos!

O Orador: Devido a estas deploráveis condições, o local foi mesmo adotado por uma família de grilos e no outro dia foi necessário interromper um jogo de futebol para os capturar.

(Risos do Deputado Artur Lima)

É que o som projetado por estes insetos, ampliado pela estrutura, pode confundir-se com o de um apito. No caso, a minha equipa estava a ser claramente prejudicada. Isto é verdade.

Não se pode jogar junto às linhas laterais do campo. O génio que projetou o polidesportivo deixou-o sem paredes laterais e por isso sempre que chove, os laterais das equipas têm de nadar junto às poças que surgem nesse local do campo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Tendo em conta esta situação, aconselho que cumpram o vosso compromisso com o PPM e que reparem o piso e fechem a cobertura do edifício. Para o ano vamos participar, pela primeira vez, em provas organizadas pela Associação de

Futebol da Horta. É importante que nos sejam concedidas condições mínimas para a prática desportiva federada e não federada.

Infelizmente não posso continuar a acompanhar-vos neste roteiro por manifesta falta de tempo. Muito telegraficamente digo-vos apenas para não se esquecerem da recuperação da sede da filarmónica local; das melhorias a introduzir no Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia; de dar a conhecer, à população em geral, a existência de um serviço local de empreendedorismo; de ativar o projeto Corvo Verde, que considero estratégico para o futuro; de apoiar, do ponto de vista da formação e dos meios, os pescadores e os agricultores locais e de reiterarem o vosso compromisso – que resultou de um Projeto de Resolução do PPM – de requalificarem o Porto da Casa.

Duas últimas sugestões. Cuidado com o troço de estrada que liga a Vila do Corvo à central da EDA. O local ainda não foi reparado e muitos preveem que, a continuar assim, possam vir a suceder situações graves que urge evitar a todo o transe. Finalmente, não esquecer, no âmbito do comunicado final do Governo, que a localidade não se chama Vila Nova Corvo. Na verdade, nem nova nem velha, apenas Vila do Corvo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O outro assunto que prometi abordar nesta declaração política é a lei eleitoral. O PPM, de acordo com o programa eleitoral que submeteu a sufrágio nas eleições de legislativas de 2012, propôs, logo no início da legislatura (ainda em 2012) a redução do número de deputados regionais de 57 para 41.

A iniciativa, então apresentada, não recebeu o apoio necessário (recorde-se aqui que é necessário reunir uma maioria de 2/3 para alterar a lei eleitoral referente ao Parlamento Açoriano).

Perante o impasse gerado, o PPM, ciente que, se nada for feito, o número de deputados a eleger nas próximas eleições regionais de 2016 subirá de 57 para 64 (devido ao aumento de recenseados), propôs uma nova alteração da lei, desta feita estabelecendo uma cláusula barreira que impede o aumento do atual número de deputados (57). Não é a melhor solução, mas foi o acordo mínimo a que se conseguiu chegar com as restantes forças parlamentares açorianas.

Sucedeu que a Proposta de Lei aprovada foi remetida para a Assembleia da República e foi relatada a 11 de setembro de 2013. Daí para cá, a Assembleia da República arrumou o processo numa qualquer secretária e adiou, indefinidamente, a votação da iniciativa.

Na medida em que a legislatura na Assembleia da República se aproxima do fim, o PPM teme que a Proposta de Lei não venha a ser apreciada em tempo útil, uma vez que o processo terá de ser iniciado de novo no Parlamento Açoriano se até ao final da legislatura nacional a iniciativa não for votada. Assim, informo esta Assembleia que no próximo Plenário apresentaremos uma iniciativa que visará a fixação da ordem do dia na Assembleia da República, no sentido de acautelar a votação, em tempo útil, desta iniciativa.

Disse!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado já aprendeu alguma coisa esta semana!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já, já!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já aprendi duas esta semana!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Queria informar que esgotou o seu tempo, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para o Governo Regional dos Açores o investimento público não se resume às ilhas consideradas maiores e mais populosas, a prova disso é o aumento de 1.3 milhões de euros no Plano de 2014 face a 2013 para a Ilha do Corvo.

Neste Plano para além de 400 mil euros destinados ao projeto de aumento e alargamento do Porto da Casa, está afeta também uma verba de 23 mil euros para o aumento e reparação do Lar de Idosos.

Nos últimos anos o Governo Regional fez uma série de investimentos na Ilha do Corvo e os mesmos estão à vista de todos. Muitos das Sras. e Srs. Deputados comprovaram isso em recentes visitas à Ilha do Corvo. Desde a construção do

multiusos, à construção de uma nova lagoa artificial, à requalificação do polidesportivo da Ilha do corvo, à instalação de painéis solares em todas e sublinho todas as habitações da ilha, estes são investimentos que saltam à vista de todos os que nos visitam.

O Governo Regional, no entanto, e devido à conjuntura económica, à crise financeira atual e principalmente ao atraso dos fundos comunitários, não pode fazer tudo de uma só vez. Estamos a meio da legislatura e alguns partidos da oposição querem que se cumpra as promessas eleitorais de 4 anos em apenas 2.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as de 8?

O Orador: As obras previstas na CROP para o segundo semestre de 2013 para a Ilha do Corvo foram todas concluídas.

Existe, de facto, atraso nas obras de 2014 mas algumas já se encontram em execução. Lá por haver atrasos não quer dizer que as mesmas não serão concretizadas.

O Governo Regional assumiu os seus compromissos e faz questão de os cumprir.

Para terminar e usando as palavras do Sr. Vice-Presidente, ontem, no final da legislatura, e eu acrescento, ou então no início da próxima, o Governo Regional socialista estará naquela bancada para responder a todas essas questões que o Sr. Deputado colocou e que ainda neste momento são um pouco prematuras.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo e considerando que o Sr. Deputado Paulo Estêvão também não dispõe de tempo para encerrar a sua declaração, vamos encerrar os nossos trabalhos por agora.

Regressamos às 15 horas com a agenda.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Obrigada Sras. e Srs. Deputados.

Muito boa tarde a todos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião.

Eram 15 horas e 13 minutos.

Entramos no ponto 6 da Agenda: Apresentação do Relatório sobre a “**Posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa ao Programa POSEI 2014-2020**”.

Rege esta matéria o artigo 104.º do Regimento e a Conferência de Líderes deliberou que após a apresentação do Relatório cada Grupo e Representação Parlamentar, assim como o Governo, dispõem de 5 minutos a usar de uma só vez para intervirem sobre a matéria.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Economia, o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO

POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES RELATIVA AO PROGRAMA POSEI 2014-2020

1.º- TRABALHOS DA COMISSÃO

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 22 de julho de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre o

Relatório da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores 2/2014 – POSEI.

2.º caPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A posição da Comissão Permanente de Economia sobre o POSEI ora definida decorre do cumprimento da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2014/A, de 13 de fevereiro.

3.º capítulo – iNTRODUÇÃO e audições

O Regulamento (CE) n.º 247/2006 do Conselho, na sequência dum percurso legislativo e político que se vem consolidando desde a aprovação pelo Conselho do Regulamento 1600/92 (POSEIMA), objeto de posteriores alterações – Regulamento (CE) n.º 1453/2001 do Conselho, estabeleceu medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União Europeia, destinadas a compensar a situação excecional das regiões ultraperiféricas da União, referidas no artigo 349.º do Tratado sobre o Financiamento da União Europeia, cujas obrigações enunciadas, justificam a existência de uma política específica para a agricultura nessas regiões.

A revisão do POSEI, efetuada no Regulamento (EU) 228/2013 publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 13 de março de 2013, estabelece medidas específicas no domínio agrícola para mitigar a ultraperifericidade, nomeadamente o afastamento, o isolamento, a pequena superfície, o relevo, o clima difícil e a dependência económica de um pequeno número de produtos, que em conjunto constituem condicionalismos importantes à atividade agrícola destas regiões, no seu artigo 35.º, indica que a comissão deve proceder à revisão

das disposições do POSEI até final de 2013, tendo em conta o novo quadro da PAC.

A Região encontra-se na fase final de elaboração da proposta de revisão do programa a apresentar ao estado membro, a fim desta ser submetida e aprovada, no âmbito do programa nacional, pela Comissão Europeia, pelo que é oportuno a tomada de uma posição conjunta pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre esta matéria.

Sobre esta matéria a Comissão de Economia decidiu ouvir o Secretário Regional dos Recursos Naturais, a Federação Agrícola dos Açores e a Universidade dos Açores.

No dia 7 de março de 2014 a Comissão ouviu o Secretário Regional dos Recursos Naturais.

O Deputado António Ventura fez a introdução da Resolução referindo, em primeiro lugar que o POSEI estabelecia um conjunto de medidas relativas à agricultura nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia que resultavam na necessidade de compensar a situação excecional dessas regiões da União Europeia referidas no artigo 349.º do Tratado.

Referiu que o regime comportava dois instrumentos: o regime específico de abastecimento e as medidas de apoio à produção local, reconhecendo que estas medidas tinham contribuído para o desenvolvimento da Região.

Dispensando os considerandos referidos na Resolução, o Deputado afirmou que o Parlamento dos Açores devia pronunciar-se sobre esta matéria através da Comissão Permanente de Economia e emitir uma posição perante o Governo Regional, Governo da República, Parlamento Europeu e as Instituições Europeias.

O Governante começou por afirmar que era importante consensualizar uma posição sobre esta matéria e por isso a Resolução tinha sido aprovada por unanimidade e o Governo Regional dos Açores estava envolvido nesta negociação de uma forma muito empenhada.

Referiu ainda que tinham sido recebidos diversos contributos para reforçar a importância do POSEI, considerado decisivo.

Uma das questões importantes, segundo o Membro do Governo, tinha a ver com a faculdade para fazer alterações entre medidas.

Referiu ainda que a taxa execução deste programa era elevado. Em 2007-2008 tinha rondado os 84% e em 2011/2012 esse valor chegou aos 99%. A outra fase da moeda, referiu o Secretário Regional, tinha sido o rateio efetuado em 2012-2013 e 2013-2014 mas que este método fazia parte das regras do jogo.

O Secretário Regional afirmou que a organização administrativa do POSEI tinha melhorado muito e que agora era possível ter acesso aos processos em tempo real.

Afirmou que este programa estava em fase de auscultação pública, nomeadamente as Associações e a Federação, no sentido de verificar quais as medidas com execuções menos conseguidas e outras que necessitem de serem reformuladas ou a introdução de novas medidas.

Por fim referiu que junto da Comissão Europeia o Governo dos Açores tinha exigido a manutenção do envelope financeiro.

O Deputado António Ventura perguntou se o Governo Regional tinha introduzido algum contributo neste projeto.

O Secretário Regional começou por referir que, de facto, o Governo tem apresentado diversos contributos, nomeadamente: o reforço de medidas relacionadas com a produção de leite de modo a minimizar os impactos do desmantelamento das quotas; diversificação das produções com incentivos à fruticultura, horticulturas e floricultura, num contributo ao abastecimento e redução da dependência do exterior; liberdade de alterar o programa; evitar as limitações nas exportações, entre outras.

Esclareceu que havia a limitação financeira, na ordem dos 70 milhões de euros, mas que esta seria uma baliza. Reforçou que era importante introduzir flexibilidade na gestão das medidas e não limitar as alterações a 20% como era agora, ficando a região com a possibilidade de decidir, de uma forma mais ampla, as aplicações nas diversas medidas.

O Deputado Duarte Moreira referiu que a questão que se punha era se se mantinha o atual figurino ou se se alterava o atual desenho. Perguntou se já havia alguma noção sobre as medidas que iam ser reduzidas e se estava a ser equacionada algum apoio às organizações da produção.

O Secretário começou por dizer que o POSEI tinha sido reformado em 2012 e que tinha agendada nova reforma daqui a dois anos e que esta seria mais profunda. Referiu ainda que era necessário melhorar o atual figurino, introduzindo ajustamentos que respondam às intenções dos intervenientes, nomeadamente reforçando as medidas de maior relevância e retirar daquelas que tem menos interesse.

Sobre as organizações de produtores o Governante afirmou que essa era uma oportunidade que tínhamos.

O Deputado Félix Rodrigues começou por referir que o impacto com o desaparecimento das quotas seria grande e perguntou como seriam redistribuídos os apoios à produção. Perguntou ainda se aquisição de um avião cargueiro não se poderia integrar na medida “ajudas à comercialização” já que esta tinha uma baixa taxa de execução.

O Secretário Regional informou que iria encontrar uma forma de reafetar essas verbas aos produtores caso se concretize o desmantelamento das quotas em 2015.

Informou ainda que a questão do avião cargueiro não se enquadrava nesta medida. Sobre essa matéria o Governante informou a Comissão que o estudo para a aquisição de um avião cargueiro estava a ser avaliado.

Numa sequência final de perguntas o Deputado António Ventura sugeriu que o Governo entregasse à Comissão todas as suas reivindicações junto da União Europeia, o Deputado Félix Rodrigues quis saber que parceiros o Governo dispunha para que as medidas relacionadas com a inovação, o ambiente e as alterações climáticas chegassem a bom porto e o Deputado Duarte Moreira pediu para o Governante confirmar se ia haver ligação das ajudas às produções.

O Governante começou por dizer que partilharia a informação que dispunha com muito gosto. Relativamente à questão colocada pelo Deputado Félix

Rodrigues informou que essas medidas iriam ver as suas verbas aumentadas e que isso seria para cumprir. Relativamente à última questão o Governante confirmou que iria manter-se a ligação das ajudas à produção.

No dia 14 de abril de 2014 a Comissão ouviu os Dirigentes da Federação Agrícola dos Açores (FAA), Jorge Rita (Presidente) e Sieuve de Menezes

O Presidente da Federação Agrícola começou por dizer que o envelope financeiro POSEI tinha o seu montante definido mas as medidas podiam ainda ser alteradas. Afirmou que as organizações de produtores estavam a estudar com a Secretaria Regional dos Recursos Naturais algumas alterações às medidas que podiam ser importantes no impacto na agricultura nos Açores. Devido à elevada taxa de execução foram registados rateios e por isso estavam a trabalhar com a tutela na hipótese de transferir algumas medidas para outros fundos comunitários. Segundo afirmou, o impacto do POSEI será sempre mais positivo se contemplarem ajudas diretas aos produtores. Referiu ainda que algumas medidas devem ser canalizadas para o próximo PROCONVERGENCIA. E esta era uma forma de libertar verbas para as produções locais (animal e vegetal), de forma que o POSEI pudesse ter um impacto relevante em todas as ilhas. Considerou ainda que na área do leite as ajudas não eram suficientes, tal como na carne e nas produções vegetais. É entendimento da FAA que se devia tornar o POSEI mais flexível, abrindo a possibilidade de maior transferência de verbas entre medidas, o que não se passava com os POSEI anteriores.

O Dirigente Sieuve de Menezes lembrou que houve uma audição pública da União Europeia sobre o POSEI e que, felizmente, essa audição não se tinha tornado numa rasteira aos países que beneficiavam do POSEI mas que no futuro era preciso ter cuidado. Referiu ainda que os Açores tinham um caudal de importação muito grande a nível da fruticultura, nomeadamente nas maçãs, nos citrinos, nas ameixas, nos pêssegos e nas anonas. Referiu o exemplo do apoio à

banana que tornou os Açores quase autossuficientes e como tal essa medida poderia ser também aproveitada para estas culturas específicas referidas. Referiu ainda que era extremamente importante que os apoios no setor hortícola se façam em duas culturas anuais. Por fim afirmou que alguns dos apoios à comercialização deveriam sair da secretaria que tutelasse a economia.

O Deputado Duarte Moreira começou por fazer uma declaração de interesses por ser dirigente de uma cooperativa de produtores. Referiu de seguida que os apoios à transformação e comercialização eram também fundamentais, pois produzir sem vender de pouco valia, mas que compreendia o que tinha sido referido e compreendia a vontade de transferir essa responsabilidade para outros fundos. Por fim referiu que tinha dúvidas das medidas referidas que obrigavam a 2 culturas no mesmo terreno e quis saber se esta proposta foi vista e trabalhada para todas as ilhas e que impacto teriam.

O Presidente da FAA reafirmou a importância de libertar verbas para as produções tradicionais. Concordava também que a transformação e a comercialização também era importante para os produtores, mas se estas medidas estivessem no PROCONVERGENCIA ou na economia, onde estão concentradas as exportações, libertava verbas para outras medidas. Confirmou ainda que em algumas ilhas existia a necessidade de fazer escoamento de gado vivo e como tal não se devia tirar essa medida, sem prejuízo de ser fundida noutras medidas, gerando um apoio só.

Afirmou ainda que com a abolição das quotas, com o prémio a manter-se, havia muita coisa que está em cima da mesa. Segundo o dirigente o setor leiteiro não tinha nada definido porque esta área carecia de mais algum trabalho. Por fim referiu que era preciso fazer tudo para que se evitasse os rateios.

O Deputado Félix Rodrigues, sobre a questão do apoio da horticultura condicionado a duas produções, referiu nalguns casos isso não seria viável, como são os casos da meloa na Graciosa e em Santa Maria.

De seguida referiu que a economia crescia quando se dava valor acrescentado aos produtores. O valor do leite está refém das grandes superfícies.

O Deputado depois constatou que havia perfeita sintonia com a tutela, excetuando a questão da transformação e dos apoios à comercialização. Por fim afirmou que gostaria de um esclarecimento para coisas muito específicas como a produção de alhos, de meloa, que duvidava se iriam conseguir produzir duas vezes anualmente.

O Dirigente Sieuve de Menezes respondeu que essa questão fazia sentido porque tínhamos de trabalhar com maior rigor, reconhecendo que o setor hortícola tinha grande falta de planificação, especialmente na Terceira e em São Miguel. Como exemplo referiu que a sua organização já tinha planificação de tudo quanto é necessário a nível de fornecimento às grandes superfícies até ao mês de setembro. Neste momento, segundo o Dirigente, a resposta do alho da graciosa, passava pelos necessários ensaios para se fazer mais do que uma cultura no alho. Essa norma acrescentava valor, mais mão de obra e maior fornecimento dos produtos locais.

O Presidente acrescentou que haviam dificuldades em algumas áreas porque não existia segurança da produção, porque muita gente que se atrevia a semear no inverno sem qualquer tipo de produção e outras ilhas com solos menos produtivos por isso entendia que esta questão das duas ou de uma produção era uma questão que tinha de ser analisada com muito cuidado, mas que devia-se premiar aqueles que trabalham mais e que produzem bem.

Sobre a questão do alinhamento em relação ao Secretário Regional dos Recursos Naturais, afirmou que não sabia o que ele tinha dito, mas que se fizer uma proposta não seria muito diferente da que a Federação defende e que isso era positivo.

Reafirmou a importância dos apoios à transformação e comercialização mas entendiam que a origem deveria ser de outros fundos para libertar verbas do POSEI.

O Deputado Félix Rodrigues perguntou se não seria importante que o POSEI consagrasse uma verba para os seguros agrícolas no contexto de alterações climáticas e perdas de produção.

O Presidente da FAA referiu que o grande problema do POSEI tinha a ver com a execução de todas as medidas, mas que não o constrangia que o PROCONVERGENCIA que servisse para a transformação e comercialização dos nossos produtos no exterior.

Relativamente aos seguros, o Presidente referiu que não sabia qual o ponto da situação.

O Deputado Renato Cordeiro, referindo-se aos controlos, afirmou que estes tem sido feitos por seleção e uma das consequências era o atraso de pagamentos, o que gerava dificuldades.

Uma repartição nas candidaturas e pagamentos, segundo o Deputado, poderia ser de forma negativa em relação à divisão de candidaturas e em relação aos rateios, porque geralmente sabe-se da existência de rateio na data de pagamento. O Deputado referiu que a possibilidade de haver uma antevisão de rateio para o produtor era importante para saber com o que conta.

O Presidente da FAA referiu que esta era uma medida muito injusta que tinham tentado alterar e que esperava que Bruxelas a contemplasse. Segundo ele, os produtores que vão a controle são penalizados antes do julgamento: o agricultor recebe notificação que vai ser controlado mas deixa de receber a ajuda na data que devia receber por estar sujeito ao controlo. Reafirmou que esta era de uma injustiça tremenda e que a FAA iria colocar novamente enfoque nesta questão.

Relativamente à repartição das candidaturas referiu que esta dificultava a previsão do rateio e que existia alguma dificuldade por parte da Secretaria de anunciar qual o rateio.

O Deputado Duarte Moreira perguntou se a FAA veria com bons olhos haver uma regra diferente que se aplicasse a culturas específicas em que poderia ser muito preocupante a obrigatoriedade de uma segunda cultura, se havia disponibilidade para pensar numa alternativa ou transformar o apoio à horticultura num apoio à comercialização, tal como a banana.

O Presidente referiu que essa questão era pertinente. Poderia arranjar-se um valor unitário e aumentar a área pois com as ajudas estipuladas eram muito

boas. Referiu que estas verbas que estão alocadas a estas medidas tem um efeito totalmente diferente.

O Deputado Renato Cordeiro, referindo-se ao grande caudal de importação de frutas perguntou se a sua inclusão no POSEI tinha a ver com uma questão cultural ou se dava mesmo rendimento.

Referiu ainda que a circulação de animais entre ilhas para acabamento genético previa o respetivo prémio ao abate, mas limitado ao número de candidaturas.

O Presidente da FAA referiu que algumas ilhas tinham dificuldade no abate e que os produtores não podiam ser prejudicados no valor final. Afirmou ainda que era importante acabar com a limitação do número de abates e todo o processo ficaria muito mais transparente.

O Presidente da FAA acredita que a ilha Terceira já tenha pomares economicamente sustentáveis, ao contrário de São Miguel.

O Deputado Duarte Moreira, relativamente ao prémio ao abate, referiu que existia um incentivo para canalizar os animais para abate, mas que em situações em que isso não era possível se se previa medidas ao escoamento.

O Presidente da FAA referiu que as ilhas de menor dimensão tinham dificuldade no escoamento e que essa questão tinha de ser salvaguardada.

O Deputado Renato Cordeiro referiu que a exportação de animais entre ilhas, esteve sempre ligado à idade e à genética e queria saber se estas regras eram para manter.

O Presidente informou que, sobre esta matéria, não estava nada definido.

O Deputado Félix Rodrigues afirmou que para além da modernização das infraestruturas era necessário ter também pessoal formado e por isso teria de haver investimento na formação no abate e na desmancha. Perguntou se achava que neste momento tínhamos profissionais capazes de lidar com a produção de carne.

O Presidente da FAA respondeu que, apesar do trabalho feito, ainda tínhamos muitos passos a dar em relação a essa matéria. Relativamente aos matadouros, referiu o Presidente da FAA, era necessário melhorar muito, apesar do Governo

dos Açores ter feito um grande investimento nesta área. Era um facto que os técnicos dos matadouros precisavam de mais alguma formação.

No dia 21 de abril de 2014 a Comissão ouviu a Universidade dos Açores, Professor Alfredo Borba, Diretor do Departamento de Ciências Agrárias.

O Diretor começou por anotar que existia uma grande unanimidade de posições sobre o POSEI e que este programa era importante para ultrapassar 2015, data do desmantelamento das quotas.

Este POSEI abordava questões importantes nas áreas da alimentação, bem-estar animal, ambiente, investigação científica, na produção animal e nas pastagens.

Referiu ainda a necessidade de estudar a produção para ultrapassar a falta de alimentos para os animais.

Este programa, referiu ainda, reforçava a ideia que não devia haver grandes alterações na distribuição de verbas pelos diversos sectores. Segundo ele o Secretário da tutela da agricultura pedia mais autonomia para resolver a respetiva distribuição.

Referiu ainda que neste momento existia alguma preocupação com deriva de alguns produtores de leite para a carne, nomeadamente em S. Jorge, ilha com forte tradição leiteira.

Afirmou que a diversificação agrícola era inquestionavelmente importante mas, no entanto, o leite era de facto a base da economia agrária.

Segundo o Diretor a pouca investigação e pouca inovação na produção agrícola, nomeadamente na alimentação, era um constrangimento importante que estava inscrito na Resolução e com a qual concordava inteiramente.

O Deputado Duarte Moreira perguntou o que podia ser feito em relação à investigação e inovação e se a Universidade dos Açores tinha feito esse tipo de trabalho e com que fontes de financiamento.

O Diretor referiu que não havia muita informação relativamente ao futuro, mas que era importante fazer uma grande aposta na investigação e inovação, quer a

nível europeu, quer a nível nacional. Informou ainda a Comissão que a Universidade dos Açores tem feito alguns estudos sobre essa matéria, mas que as fontes de financiamento eram poucas ou mesmo nenhuma.

O Deputado António Ventura referiu que o POSEI tinha uma falha relativamente à ciência e à investigação. Solicitou informação sobre quais as grandes linhas de investigação e que articulação existia entre a Universidade dos Açores e o mundo rural. Perguntou ainda se a biotecnologia podia introduzir melhorias nos componentes alimentares de modo a reduzir a dependência do exterior e se aquele departamento universitário tinha alguma estimativa de substituição das importações de energia com produtos endógenos.

O Diretor respondeu afirmando que no Horizonte 20/20 a inovação era uma das prioridades, mas, no entanto, na consulta que efetuou a alguns estudos não encontrou grandes respostas.

Entende que era importante inovação na alimentação animal, nas forragens, por exemplo e que se podia produzir novos produtos açorianos neste clima de dificuldades financeiras.

Referiu ainda que não havia estimativas conhecidas, mas que a produção de algumas graminhas cerealíferas poderia substituir algumas importações. Confirmou que se exagerava nos concentrados proteicos e que deveria haver um esforço para a diminuição das importações de fibras.

O Deputado Renato Cordeiro referiu que existiam algumas dificuldades com a redução de produção de leite nalgumas ilhas, como os casos das Flores e do Faial e perguntou de que maneira o POSEI poderia contribuir para alterar esta situação.

O Diretor, respondendo à questão, afirmou que desconhecia a solução mas que considerava importante preservar a produção de leite.

O Deputado Félix Rodrigues, referindo-se à redução dos apoios à importação de cereais, perguntou que contributo a Universidade poderia dar para ajudar a resolver esta questão. Relativamente à transferência dos produtores de leite para a carne o Deputado disse que a resposta estava no preço do leite, mas perguntou que política devia ser seguida para manter um sistema misto de produção.

O Diretor começou por afirmar que o *deficit* energético poderia ser resolvido com o aumento da produção de milho, mas que isso também poderia trazer outros problemas, não vendo, no entanto, grandes dificuldades na substituição de importações por forrageiras. Confirmou que os agricultores passavam do leite para a carne porque o preço pago pelo leite não era compensador. Referiu que o problema era mais vasto em S. Jorge onde o preço do leite era baixo e o produto não era devidamente valorizado, sendo vendido ao preço de “marca branca”.

O Deputado Félix Rodrigues perguntou que forrageiras podiam substituir as importações.

O Diretor reforçou a ideia que estamos a dar proteína a mais ao gado e que por essa razão estávamos a importar mais do que o necessário. Referiu que as forrageiras poderiam ser azevéns, depois de estudada a sua produtividade.

O Deputado Félix Rodrigues quis saber se as azevéns eram transgénicos ao que o Diretor respondeu negativamente.

O Deputado António Ventura perguntou se, no âmbito do POSEI, havia ganho na concentração dos apoios ou se devia continuar com a especificidade dos apoios.

O Deputado Renato Cordeiro perguntou se a Universidade tinha algum estudo sobre a produção e se havia alguma ligação entre o seu departamento e a Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

O Diretor afirmou que não tinha respostas para dar mas que havia disponibilidade do seu departamento. Informou ainda que existiam trabalhos a decorrer em parceria.

4.º - capítulo - O REGIME POSEI

A Região Autónoma dos Açores (RAA) beneficia, desde 1 de julho de 1992, de um Programa de ações específicas para fazer face às consequências da ultraperifecidade.

O Programa, inicialmente designado por POSEIMA, integrava-se na política da União Europeia a favor das Regiões ultraperiféricas (RUP), no âmbito da Decisão n.º 91/315/CE, em 26 de junho de 1991. No ano de 2005, aquando da definição de novas orientações de política de desenvolvimento rural para o período 2007-2013, foram determinadas as condições e as regras específicas aplicáveis ao financiamento das despesas que decorrem da Política Agrícola Comum (PAC), tendo sido instituídos dois novos Fundos que passaram a constituir o seu instrumento financeiro: o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER).

O apoio às regiões ultraperiféricas da União Europeia, a partir desse ano, passou a ser participado pelo FEAGA e é atualmente pautado pelo Regulamento (EU) N.º 228/2013, do Conselho, de 13 de março de 2013, que estabelece medidas específicas no domínio da agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União.

O Programa Global de Portugal – Subprograma para a Região Autónoma dos Açores (POSEI-Açores) foi criado e apresentado ao abrigo desse Regulamento, tendo sido inicialmente aprovado pela Decisão de 04/IV/2007 da Comissão Europeia. A estratégia preconizada para o POSEI-Açores assenta em três pilares fundamentais:

A) Estabelecimento do regime extensivo da produção pecuária, com a consequente estabilização da produção leiteira ao nível das potencialidades produtivas deste sistema de produção e dos limites de produção disponíveis, bem como da produção de carne e dos rendimentos dos agricultores;

B) Criação de um novo impulso no sector das culturas vegetais tradicionais, criando condições para o seu desenvolvimento e tornando-as uma alternativa e um complemento credível ao rendimento proveniente da produção pecuária, nomeadamente a vinha, a beterraba, a chicória, o chá, as frutas, legumes, plantas e flores;

C) Redução dos custos de produção das explorações açorianas.

A estratégia adotada pretende contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura de qualidade e sustentável a longo prazo quer do ponto de vista económico – de manutenção das comunidades rurais, quer do ponto de vista ambiental – de preservação do património natural.

Os objetivos que se pretendem alcançar com os apoios são os seguintes:

A) Contribuir para compensar os elevados sobrecustos que atingem as fileiras agrícolas numa Região fortemente marcada por “handicaps” naturais persistentes e decorrentes da ultraperiféricidade;

B) Aprofundar a diversificação da base produtiva regional e aumentar a produção e a qualidade dos produtos alternativos e favorecer a sua comercialização;

C) Apoiar as atividades económicas predominantes e a melhoria da produção de carne de bovino;

D) Contribuir para manter a produção interna, nomeadamente, tendo em vista a satisfação dos hábitos de consumo regionais.

O POSEI-Açores, em termos de estrutura para a sua intervenção, contempla dois segmentos distintos:

A) Regime Específico de Abastecimento - que procura garantir o abastecimento de produtos agrícolas essenciais, quer para a alimentação animal quer para a indústria agroalimentar, compensando os custos adicionais suportados pelos operadores, no que respeita ao transporte e armazenamento;

B) Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais - que procuram apoiar setores da agricultura e pecuária locais, a fim de compensar as desvantagens permanentes das regiões ultraperiféricas.

A dotação financeira do Subprograma da Região Autónoma dos Açores encontra-se definida no Programa Global de Portugal, sendo que, em 2012, ascendeu a cerca de 77 milhões de euros, de acordo com a distribuição constante do quadro seguinte.

Tabela 1 - Dotação Financeira do POSEI – Açores em 2012 (em €)

Ajudas e Financiamento	Montante
Regime Específico de Abastecimento	6 300 000
Prémios às Produções Animais	57 036 229
Ajudas às Produções Vegetais	10 709 000
Ajudas à Transformação	1 180 000
Ajudas à Comercialização	1 350 000
Financiamento de Estudos, Projetos de Demonstração, Formação e da Assistência Técnica	200 000
TOTAL	76 775 229

A avaliação de 2009, bem como o relatório especial do Tribunal de Contas da União Europeia, publicado em 2010, referem e salientam que as medidas adotadas no âmbito do POSEI, foram eficazes e extremamente importantes para a agricultura na Região Açores e contribuíram para melhorar a rentabilidade das produções que delas beneficiarem.

5.º- capítulo - especificidades dos açores

A situação socioeconómica estrutural da Região Autónoma dos Açores, agravada pelo grande afastamento dos territórios continentais, pela dispersão geográfica das suas parcelas insulares, pela pequena superfície, pelo relevo, clima adverso e pela sua dependência económica em relação a um vasto número de produtos, condiciona gravemente o seu desenvolvimento. Para compensar estes fatores é necessário adotar medidas específicas no domínio agrícola. Medidas estas devidamente enquadradas numa perspetiva de respeito pelas boas práticas agronómicas, pela conservação do ambiente, pela sanidade animal e vegetal, pela segurança alimentar e pelo bem-estar animal.

O prosseguimento do contributo comunitário, suportado em medidas a favor das produções agrícolas locais, constitui assim um elemento fundamental para a manutenção do equilíbrio ambiental, social e económico e consubstancia-se num apoio na forma de ajudas à produção, à transformação e à comercialização. Apoio este estabelecido com base numa estratégia regional própria, tendo em vista assegurar o desenvolvimento das produções agrícolas locais, convenientemente enquadrado e em coerência com as restantes políticas comunitárias.

Além disso, fatores objetivos ligados à insularidade e à ultraperifericidade impõem aos operadores e produtores das regiões ultraperiféricas condicionalismos suplementares, que dificultam fortemente as suas atividades. Em certos casos, os operadores e produtores são sujeitos a uma dupla insularidade. Essas dificuldades podem ser atenuadas diminuindo os preços daqueles produtos essenciais. Para garantir o abastecimento das regiões ultraperiféricas e minorar os custos adicionais decorrentes do afastamento continental, insularidade e ultraperifericidade dessas regiões é, portanto, adequado assegurar um regime específico de abastecimento.

A maior parte do território da RAA é considerada zona de uso agro-florestal, sendo a dimensão média das explorações de 8,9 hectares de superfície agrícola utilizada.

Relativamente ao uso do solo apurado nas explorações agrícolas da região em 2009, podemos encontrar a seguinte distribuição de áreas: 92,3% é superfície agrícola utilizada (SAU), 3,1% em matas e florestas sem culturas sob coberto, 1,4% da superfície agrícola não é utilizada (SANU) e 3,3% correspondem a outras superfícies.

Na RAA as explorações agrícolas com um número de UTA >0 e $<0,5$ representam 42,33% do total das explorações, sendo que as explorações com um número de UTA ≥ 3 representam apenas 2,29%.

Em termos de evolução, no período 2003-2012, considerando grupos de produtos, aqueles onde não se registaram aumentos de produção, foram os Frutos, a Banana, o Ananás e Uva para vinho. Os restantes tiveram aumentos de

produção, sendo os mais significativos para a Beterraba, os produtos lácteos, a Carne e os Produtos hortícolas.

De salientar e reforçar o peso económico e social que a fileira do leite tem para o todo Regional, cujo peso a nível Nacional representa cerca de 33% da produção de leite, numa área que representa apenas 2,5% da área total do território Português.

6.º- capítulo – CONSIDERANDOS

Considerando a importância que o regime POSEI tem para a agricultura dos Açores, para as produções locais, para a manutenção das zonas rurais, para a manutenção de postos de trabalho e para a autossustentabilidade alimentar;

Considerando a vulnerabilidade da agricultura açoriana atendendo à sua dependência do exterior, aos elevados custos de produção, à crescente imprevisibilidade climática, aos acordos multilaterais da União Europeia, onde a agricultura continua a servir de moeda de troca, com o consequente aumento da concorrência nos produtos agrícolas locais, em particular na carne e no leite;

Considerando o anunciado fim do regime de quotas leiteiras para 2015, com consequências imprevisíveis no rendimento de muitos produtores, nalgumas indústrias transformadoras e de uma forma transversal sobre toda a economia dos Açores, atendendo a que a fileira do leite constitui um dos principais alicerces da economia Regional, suportando outras atividades económicas e permitindo atividades de complemento de rendimento a muitas famílias;

Considerando que a agricultura açoriana se assume como uma força motriz transversal a toda a sociedade, nomeadamente no que diz respeito à sustentabilidade económica e social da Região, onde se inclui a coesão territorial, a fixação de pessoas, a preservação ambiental, a gestão da água e do solo e a saúde pública;

Considerando que o Parlamento Europeu já aprovou a Política Agrícola Comum para o período 2014-2020;

Torna-se útil e desejável, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tome uma posição sobre o programa POSEI, perante as instâncias comunitárias, nacionais e os órgãos de governo próprio da Região.

Vii capítulo - posição alraa relativa ao posei

- Afirmar o POSEI como um instrumento fundamental de apoio às RUP, em particular à Região Autónoma dos Açores, dada a importância e o peso que o setor agropecuário tem para a economia das ilhas e para a manutenção da paz social;
- Manter as ajudas ligadas, apoiando-se quem efetivamente produz, pelo que se considera fundamental canalizar as verbas do envelope do POSEI para os produtores;
- Em futuras revisões, defende-se um reforço do envelope financeiro do POSEI-Açores, para fazer face aos desafios e estrangimentos do fim do Regime de quotas leiteiras, bem como à implementação e reforço de estratégias de apoio ao desenvolvimento das produções locais, tornando os Açores cada vez menos dependente do exterior do ponto de vista alimentar;
- Pretende-se um programa POSEI, o mais adequado possível à realidade insular, pelo que se defende a máxima flexibilidade de gestão do envelope financeiro;
- Não obstante o ponto anterior, o valor de uma determinada ajuda, não deverá ser prejudicada, ou não deve ser alvo de rateio, em favor de outra que ultrapasse o respetivo montante previsto;
- Sem desvirtuar ou alterar radicalmente o figurino do atual POSEI, considera-se fundamental adequá-lo, tendo em conta a evolução da realidade das produções verificadas nos últimos anos;

- Torna-se também importante, reajustar as dotações financeiras atendendo à execução dos últimos anos, reforçando-se alguns dos prémios e eliminando-se outros, privilegiando-se os prémios através dos produtos efetivamente comercializados;
- Pretende-se uma maior desburocratização e maior simplificação de procedimentos, agilizando-se os processos de candidatura e de vistoria;
- Sempre que técnica e legalmente possível, deverá antecipar-se uma percentagem das ajudas aos produtores, facilitando, por esta via a gestão de tesouraria.
- O POSEI deve reconhecer a necessidade de abastecimento de matérias-primas para a alimentação humana e animal da Região;
- O POSEI deverá valorizar os produtos com qualidade reconhecida pela União Europeia, premiando a qualidade e o respeito pelos padrões ambientais;
- O POSEI deverá ser um instrumento de reconhecimento das produções de proximidade, como meio de criação de riqueza e desenvolvimento socioeconómico das Regiões Ultra Periféricas;
- Defender junto da União Europeia, um POSEI como instrumento de redução de impactos negativos nas produções agrícolas locais, resultantes de acordos multilaterais com países terceiros, bem como com eventuais impactos negativos para a fileira do leite da Região, resultantes do fim do regime de quotas leiteiras.

O Relator: José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente: Francisco Vale César

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A revisão do POSEI estabelece medidas específicas na agricultura, de forma a reduzir os efeitos da ultraperifericidade, nomeadamente o afastamento, o isolamento, a pequena superfície, o relevo, o clima difícil e a dependência económica de um pequeno número de produtos.

Desta forma pretende-se estabilizar o rendimento dos produtores, adequando este programa à realidade da Região, permitindo que os produtos assim beneficiados chegam ao consumidor a preços mais baixos e que consigam entrar e competir nos mercados de exportação. O consumidor é assim o primeiro beneficiário deste programa, trazendo para os Açores cerca de 75 milhões de euros anuais dos fundos comunitários, que sendo bem conduzidos, estamos perante um grande vetor de desenvolvimento e crescimento socioeconómico para a Região.

Mas para isso é necessário que de quem tem a tarefa de nos governar, de facto nos governe.

E nesta tarefa temos encontrado algumas falhas que são dignas de registo, já que estamos perante a sua revisão.

Ainda em dezembro de 2013, para grande surpresa dos produtores, há um rateio de cerca de 12,3 % no prémio aos produtores de leite, vulgarmente designado por “prémio da quota”. Responsabilizou-se a compra de quota no continente português, que com o aumento de candidaturas e pelas regras do POSEI, se efetua o rateio. Mas quem aceitou a inclusão desta quota na que já existia na Região? Que organismo faz esta transferência sem ser o IAMA? Porque outras medidas como os abates na região e o prémio de recria ao bovino macho não teve a mesma atenção?

Mais ainda não se compreende como esta quota que serviu para o rateio, seguindo-se uma transferência de valores de outros eixos do programa que não foram preenchidos eliminando o efeito deste rateio, decide-se que esta quota já não será beneficiada.

Era de evitar!

A falta de compreensão ou sensibilidade neste sector atinge outros parâmetros, onde as vistorias feitas apenas próximo das datas de pagamentos, atrasam sem tempo definido os pagamentos destas ajudas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na cultura do ananás, uma cultura com uma duração de 2 anos, receber uma vistoria tirada por sorteio apenas em data próxima ao pagamento, é demorar e dificultar esta cultura tradicional. Agrava-se ainda mais com a falta de conhecimento de quem vistoria esta e outras atividades produtivas da região, e convém que se exemplifique para que todos possamos entender: As candidaturas desta cultura pouco variam, uma vez que é uma produção em estufa tradicional, logo as variações nas áreas de cultivo são diminutas, mas quando uma estufa completa o seu ciclo produtivo, é necessário fazer um vazio desta, para início de nova plantação, e ao vê-la vazia, tem de ser compreendido que não significa que não está em produção e que seja uma fraude da candidatura.

As vistorias devem ser atos de fiscalização, mas também de acompanhamento técnico e de extensão rural, algo que em qualquer revisão deste programa, para além da sua simplificação, foi pedido por todas as associações de produtores da Região.

Senhoras e senhores deputados

Com um maior acompanhamento aos produtores é que se pode evitar a fraude e dar um maior acompanhamento técnico das explorações, conseguindo uma mais-valia para todos os que cumprem com os seus deveres, esperando nós que o governo também cumpra o seu.

Neste momento a Região encontra-se na fase final de elaboração da proposta de revisão do programa a apresentar ao estado membro, afim desta ser submetida e aprovada, no âmbito do programa nacional, pela Comissão Europeia, pelo que é oportuno a tomada de uma posição conjunta pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre esta matéria.

Foi feita uma proposta que após a sua análise gerou alguma controvérsia entre as várias associações da região, pois vivemos realidades diferentes em cada

uma das nossas ilhas. Após várias reuniões entre as associações de produtores e o executivo, foi elaborada uma proposta final, que certamente já foi enviada para Bruxelas, mas que não é do conhecimento do partido com assento nesta assembleia que solicitou este relatório, nem do conhecimento desta assembleia, nem das associações que deram o seu contributo a este documento e que são os principais visados.

Faltou o respeito, assim como o dever de cumprir com o que devia ser um trabalho conjunto desta assembleia com o povo Açoriano.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ninguém hoje tem dúvidas da importância central que a agricultura e a pecuária têm para a nossa Região.

Desde 1996 que o PS considerou o setor agrícola como estratégico e desenvolveu os necessários mecanismos de modernização e de aumento das produções, que é hoje visível e reconhecido em todos os fóruns e por toda a sociedade.

Os resultados conseguidos nos últimos anos, revelam o bom aproveitamento de todos os apoios e incentivos que o GRA dirigiu para este setor e que resultou entre outros:

- num aumento de mais de 48% na produção de leite, com a consequente modernização das indústrias de lacticínios;
- no aumento superior a 125% no abate de bovinos nos açores, promovido pela criação da rede regional de abate;
- no aumento de mais de 102% nas áreas dedicadas à diversificação agrícola.

Ou seja, nas produções animais, leite e carne, crescemos no nosso potencial de produção e qualidade tendo como destino a exportação e crescemos na produção de hortícolas, frutícolas e florícolas, reduzindo importações e

melhorando o abastecimento de produtos frescos nos mercados locais, havendo já produtos que atingem também mercados exteriores à região.

Aliás, com os investimentos realizados, vamos continuar a crescer nestas áreas, também incentivados pelo apoio ao transporte destes produtos entre ilhas e destas para mercados exteriores, potenciado pela organização das produções e concentração das mesmas.

De facto, pela dinâmica social e empresarial que representa;

Pela integração de jovens que assegura;

Pelo que contribui para a estabilidade social e económica;

Pela criação de riqueza que as nossas produções trazem, através da exportação e redução de importações;

Pelo impacto na nossa paisagem, no ambiente, na manutenção de atividades no espaço rural;

Pelo emprego cada vez mais qualificado que promove;

Pelos desafios imediatos com que estamos todos confrontados, desde logo o desmantelamento do sistema de quotas leiteiras e o estabelecimento de acordos bilaterais com países terceiros;

Por tudo isto, por essa importância transversal a toda a sociedade açoriana, a nossa preocupação fundamental tem de ser dirigida para garantirmos, no futuro, tal como no passado recente, as principais fontes de financiamento da nossa agricultura.

Daí a importância que se revestem programas como o PRORURAL e no caso hoje aqui presente, o POSEI, cuja posição da assembleia, trabalhada e aprovada em comissão de economia por unanimidade, devendo, em nome da bancada do PS, congratular a forma como decorreram os trabalhos e a participação e colaboração de todos os partidos, que levaram a um documento e a uma posição que reflete a posição desta assembleia.

O PS congratula-se ainda por verificar que a posição unânime desta assembleia, votada na comissão da economia, se junta a outras posições, nomeadamente das estruturas representativas dos agricultores, que trabalharam também com o governo dos açores na procura das melhores soluções.

O POSEI é um mecanismo que se revestiu de enorme importância no apoio às produções locais dos últimos anos, sendo, do nosso ponto de vista fundamental para o presente e para o futuro da nossa agricultura, pelo estabelecimento de medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas, que visam compensar a situação excepcional das RUP, referidas no artigo 349.º do tratado sobre o financiamento da União Europeia.

O apoio às RUP, atualmente previsto pelo Regulamento (EU) n.º 228/2013, prevê no subprograma para a RAA, três pilares fundamentais: o estabelecimento do regime extensivo da produção pecuária; a criação de um novo impulso no setor das culturas agrícolas; e, a redução dos custos de produção.

A estratégia pretende contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura de qualidade, sustentável e de longo prazo, o que associado às nossas vulnerabilidades permanentes, como a dispersão, a reduzida dimensão, o afastamento aos mercados uma economia aberta ao exterior, terá de implicar que, a esses objetivos, se juntem os meios necessários para que os mesmos possam ser atingidos, numa política de solidariedade entre países e entre regiões da Europa, evitando-se uma europa a duas e mesmo a três velocidades, tendo de haver coerência entre o discurso e a prática.

Tendo o Governo dos Açores e a Região alcançado uma importante vitória ao conseguir manter o envelope financeiro do POSEI, quando comparado à diminuição global do envelope financeiro para a agricultura na EU, devemos todos, continuar a reivindicar um reforço futuro do envelope do POSEI Açores, atendendo aos impactos do desmantelamento.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Estou quase a terminar, Sra. Presidente.

... do sistema de quotas leiteiras e a eventuais acordos bilaterais, devendo-se exigir o desenvolvimento dos estudos de impacto que essas políticas podem ter para as RUP, conforme compromisso assumido pela Comissão.

Para uma melhor aplicação dos fundos disponíveis, devemos reivindicar a máxima flexibilidade do POSEI, dando à Região a prerrogativa de o utilizar da forma mais adequada às nossas especificidades em cada momento.

Devemos sempre reivindicar que as ajudas do POSEI vão para quem de facto produz, para o incentivo às produções locais, continuando estas ligadas.

Devemos também defender...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e exigir, o direito à produção, na procura permanente da melhoria da qualidade de vida dos agricultores e dos açorianos em geral.

Para terminar quero aqui deixar a mensagem que para o PS e para esta bancada, a agricultura continuará a ser uma prioridade e um setor estratégico para o nosso desenvolvimento.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O regime POSEI é efetivamente um regime extremamente importante para o desenvolvimento dos Açores no nosso estado atual.

A agricultura é um pilar fundamental da nossa economia.

Os nossos agricultores e lavradores são construtores de paisagem, além do contributo que têm em termos de produção, também têm contributos importantíssimos a nível da promoção do turismo e da criação e evolução da paisagem açoriana.

Os envelopes financeiros que visam fazer face às dificuldades das regiões ultraperiféricas não são eternos. Por isso há um conjunto de recomendações que

devemos ter em conta para garantirmos aquilo a que, no nosso entender, é a sustentabilidade sócio económica e cultural do nosso arquipélago e do setor agropecuário.

Ora, o regime intensivo tem que ser visto exatamente como ele é e, portanto, as políticas da Secretaria da Agricultura não podem fugir do regime intensivo, nem haver apoios ao regime intensivo, logo, temos que ser coerentes para adaptarmos devidamente o que é o regime POSEI à nossa realidade.

Por outro lado é necessário reduzirmos os custos de produção das nossas explorações, mas para o fazermos precisamos investigação científica e precisamos extensão rural.

Ora, isso quer dizer que é preciso acompanharmos os tempos e acompanharmos os tempos é anteciparmo-nos também aos impactos que as medidas tomadas a nível da Europa podem ter na agricultura açoriana, como por exemplo o desaparecimento das quotas leiteiras.

Se é verdade que o desaparecimento das quotas leiteiras tem impactos negativos nalgumas das ilhas também é verdade que tem impactos positivos noutras.

Isso quer dizer que há necessidade que este instrumento seja efetivamente flexível para que consigamos ler a nossa realidade de acordo com as especificidades das nossas ilhas, em que uma medida avulsa não pode ser aplicada de forma genérica a todo o arquipélago dos Açores.

Ora, é preciso então estudar para decidir e quando estudamos para decidir é preciso valorizar e para valorizar é também preciso termos presente que não podemos estar sistematicamente dependentes dos produtos que são necessários para manter a nossa exploração e o consumo humano na Região Autónoma dos Açores.

Deve servir também o POSEI para nos tornar progressivamente sustentáveis na área da alimentação animal, mas também na área da alimentação humana.

É extremamente importante e devemos exigir o maior envelope financeiro possível para fazermos face a esse nosso afastamento, mas para também nos tornarmos cada vez mais sustentáveis em termos de produção agrícola, em termos do nosso consumo e sustentabilidade alimentar, não esquecendo nunca

que para além da produção agrícola também temos uma grande mais-valia que é a nossa paisagem, que é construída essencialmente pelos nossos lavradores e os nossos agricultores com um valor acrescentado enorme em termos do turismo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e caros colegas do Governo:

É com particular gosto que hoje venho aqui falar do POSEI porque se há programas importantes nos Açores e no caso particular da agricultura, não só pelos impactos que o POSEI tem trazido ao longo dos anos que se refletem nas execuções elevadíssimas que tem tido, muito próximas dos 100% conforme certamente todos saberemos, por essa via e por todas as outras que têm a ver com o reforço da atividade agrícola na nossa Região relativamente às características de ultraperiferia que nos são próprias, se há algum programa – dizia eu – que tem uma importância fundamental e decisiva para a agricultura açoriana, o POSEI estará naturalmente na primeira linha destas características.

O Governo, um pouco ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Renato Cordeiro acabou de referir, está, naturalmente, muito atento a estas questões e leva com muita seriedade aquilo que o POSEI representa para a nossa Região e daí ter tomado a iniciativa, já há alguns meses atrás, de junto dos principais interessados, junto dos principais intervenientes, ter congregado todos estes esforços à volta de uma proposta que inicialmente definiu e que ao longo de vários meses, e reporto-me ao primeiro semestre deste ano, foi sendo enriquecida com contributos de diferentes associações agrícolas de diferentes ilhas, da Federação Agrícola dos Açores e também desta Assembleia, que em boa hora votou por unanimidade um projeto que deu origem ao relatório que estamos neste momento aqui a apreciar.

Os princípios que o Governo, através da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente elegeu como principais linhas orientadoras desta revisão, prendem-se com a adaptação desse programa, que foi desenhado como sabem há alguns anos, à realidade da agricultura açoriana neste momento.

Daí foram estudadas as medidas vigentes até agora e que neste momento ainda vigoram como sabem e foram propostas alterações que têm a ver com a adaptação deste programa à nossa realidade, mas também com alguns reajustes financeiros ao nível de cada uma das medidas, por forma a evitar os rateios que nalgumas circunstâncias começaram a ser mais frequentes fruto, naturalmente, da maior execução que ao longo dos últimos anos este programa foi sofrendo, de modo que para de adaptá-lo à realidade atual da agricultura açoriana tivemos também em conta a necessidade de reajustar as dotações financeiras dos diferentes prémios àquele que é o novo figurino do POSEI.

Importa também, e esta é uma das linhas orientadoras da proposta que o Governo mandou para Bruxelas que tem a ver com a melhoria dos procedimentos na área das candidaturas, por forma a agilizar todo o esquema do programa e para tornar a sua execução mais simples.

Tivemos também em linha de conta duas áreas muito importantes que é manter dentro de cada uma das fileiras produtivas da nossa agricultura, refiro-me à produção de leite, à produção de carne e à área da diversificação, as dotações afetas a cada uma delas.

Também tivemos em conta que nenhuma ilha poderia ser prejudicada por via daquilo que eram as alterações a introduzir.

Foi dentro desse espírito Sras. e Srs. Deputados, que o Governo conduziu ao longo destes meses todas as negociações que culminaram no passado mês de junho com uma reunião com todas as associações agrícolas da nossa Região, onde esteve naturalmente presente a Federação Agrícola dos Açores e de onde foi colhida e aperfeiçoada a proposta final que seguiu mais tarde para Bruxelas e que, permitam-me também dizer, vem responder também àquilo que são as apreciações finais da posição da Subcomissão de Economia que neste momento foi aqui também transmitida.

Portanto, tudo aquilo que aqui está como recomendações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativamente a esta matéria, foram consideradas na proposta final que neste momento está em apreciação na Comissão Europeia e que o Governo aguarda serenamente a apreciação e a fase

de negociações que aí vem em ordem a termos a versão final aprovada e para poder entrar em vigor no próximo ano de 2015.

Portanto eu diria que a proposta que está neste momento ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... é uma proposta não só do Governo, é uma proposta dos Açores que foi consensualizada com todas as partes intervenientes e que naturalmente também vem ao encontro daquilo que são as recomendações que a Assembleia nos traz, através do relatório que agora nos dá conhecimento.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM nós estamos genericamente de acordo com a posição que está definida no âmbito do relatório que foi elaborado pela Subcomissão Permanente de Economia.

Aliás, eu tive oportunidade até de trabalhar, de participar numa reunião no sentido de acompanhar (penso até que foram duas sessões de trabalho) o trabalho que estava a ser feito e acho que foi realizado um excelente trabalho.

Devo dizer no entanto que compreendendo e estando genericamente de acordo com a estratégia que está aqui delineada, outra coisa é a capacidade de execução destas orientações por parte do Governo Regional dos Açores e nesta matéria há muito a dizer e aquilo que há a dizer não favorece a capacidade do Governo Regional dos Açores de implementar com qualidade, com resultados, estas políticas, estas estratégias.

Vamos ver o que é que vai suceder nos próximos anos, se esta capacidade de execução destas estratégias - que são estratégias racionais e até amplamente consensualizadas no âmbito da sociedade açoriana e até das organizações partidárias – seja efetiva e cujos resultados melhorem significativamente em relação àquilo que tem vindo a suceder.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições está encerrado este ponto da Agenda.

Tem a palavra Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Uma interpelação no sentido de, na sequência das últimas palavras do Sr. Deputado Estêvão, eu irei entregar à Mesa um relatório com as execuções do POSEI dos últimos anos ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... em que provam que a execução do POSEI é praticamente de 100%, tendo sido amplamente aproveitados todos os fundos disponíveis neste programa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Será distribuído o documento conforme pediu.

Vamos avançar na nossa Agenda.

O ponto 7 refere-se ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/X - "Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que define o Regime Jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A Mesa também recebeu, igualmente, referente a este mesmo ponto um requerimento subscrito pelo Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo do art.º 134.º do nosso Regimento, ou seja requer que este diploma baixe novamente à Comissão para reapreciação.

Conforme estipula o art.º 87.º no seu n.º 2 o requerimento será colocado de imediato à votação sem debate e sem direito a declaração de voto.

Sr. Deputado Joaquim Machado ...

(Pausa)

Sr. Deputado quando é entregue um requerimento ele é simplesmente colocado à votação.

À partida o que o art.º requer é que efetivamente ele baixe à Comissão.

Eu coloco então à votação o requerimento de baixa à comissão deste projeto de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O requerimento de baixa à Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim avançamos com a nossa Agenda.

Entramos agora no ponto 8: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/X – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 17/2009/A, de 14 de outubro, 7/2011/A, de 22 de março e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o regime do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores”.**

Os tempos são os definidos para o processo legislativo comum e para apresentação deste diploma tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta legislativa visa repor o regime existente para definição do subsídio de refeição da retribuição do trabalho suplementar e noturno das ajudas de custo e de transporte que existia a 31 de dezembro de 2010, permitindo assim com esta iniciativa legislativa anular todas as interferências legislativas que foram impostas pela República e que na prática fizeram revogar os regimes existentes, o enquadramento legislativo e a nossa autonomia que tínhamos estabelecido para essa matéria até 2010.

Com esta iniciativa asseguramos a reposição do regime referente ao enquadramento dos acordos de contratação coletiva para as empresas que os tinham e para as empresas que não tinham os valores e os montantes em vigor à data, ou seja, precisamente no período anterior ao ano 2011 onde por via de

legislação nacional foi revogada a legislação regional que existia sobre esta matéria.

O que fazemos aqui é repor um direito dos trabalhadores que tinham uma competência autonómica que nos tinha sido revogada por legislação nacional.

É pois uma legislação que visa repor uma justiça, repor rendimento e essencialmente retomar a nossa competência legislativa regional sobre esta matéria que tinha sido revogada por legislação nacional.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra. Dois minutos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 05 minutos.

Eram 15 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 09 minutos.

A Mesa ainda não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao objetivo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo nos traz para análise e discussão e eventual aprovação, ou melhor, aprovação certamente porque será aprovada, mas eu tenho aqui uma pequena dúvida que julgo que de resposta simples e que tem a ver com o seguinte.

Já percebemos, a explicação do Sr. Vice-Presidente foi clara, o que se pretende aqui é repor o que estava em vigor a 31 de dezembro, os regimes que estavam em vigor a 31 de dezembro de 2010, eu apenas tenha um pequena dúvida: todos os outros acordos que foram feitos posteriormente não são em nada afetados pela interpretação que eu faço em função da aprovação desta legislação. É apenas esta pergunta Sr. Vice-Presidente, se fizer o favor de esclarecer para que o PCP possa ter opinião bem fundada para o seu sentido de voto.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, se fosse possível, que o Sr. Vice-Presidente me respondesse a algumas questões relativamente à proposta que aqui faz.

Esta proposta em princípio terá impactos nos orçamentos do SPER e se fez alguma previsão. É a minha pergunta: se fez alguma previsão para os impactos que tem nos orçamentos do Setor Público Empresarial Regional e se caso haja impactos negativos se o Governo Regional pretende rever os contratos programas que estabeleceu com essas empresas regionais?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que aqui trazemos é uma proposta que tem como principais características o facto de não só repor uma justiça, mas particularmente uma proposta que é arrojada do ponto de vista de defesa da nossa própria autonomia.

O que nós estamos aqui é a legislar é dizer claramente que compete aos órgãos de governo próprio da Região estabelecer o regime sobre estas matérias e no caso concreto repor o regime para o enquadramento do setor público que aqui é definido sobre o subsídio de refeição, sobre a retribuição do trabalho suplementar e noturno e das ajudas de custo e de transporte que existiam em 2010.

Refiro outra vez a palavra, o regime, ou seja a possibilidade de por via dos acordos coletivos de trabalho se definir (serem as empresas públicas da Região, as empresas do setor público estão aqui definidas) com os sindicatos o seu enquadramento remuneratório, ou seja, não sendo um enquadramento que é imposto pelo Orçamento de Estado porque um pouco à socapa o que aconteceu do ponto de vista de legislação produzida pela Assembleia da República foi ao incluírem o setor público empresarial regional, automaticamente revogaram a legislação regional e revogaram a competência que a Região e que esta Assembleia tinha definido de nos Açores serem os órgãos próprios da Região a definirem como legislar sobre esta matéria.

Não é uma questão de montantes, é uma questão essencial de competência e de repor uma competência desta Região e desta Assembleia que foi, na nossa opinião, injusta e indevidamente retirada.

Respondendo concretamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires, a quem agradeço a questão, porque aproveito também para com essa questão esclarecer umas declarações que com certeza por falta de conhecimento do que estava a falar foram hoje produzidas por um líder sindical num órgão de comunicação social em que ao repor o regime que a Região tinha desta matéria, obviamente e automaticamente repõe-se a competência de estabelecimento de acordos coletivos, os que existiam continuam em vigor e, possibilita fazer no futuro os acordos coletivos ao contrário das empresas do resto do País do Setor Público Empresarial, onde está imposto e vedado o estabelecimento desses acordos coletivos por imposição de valores pré-definidos por legislação nacional, ou seja com esta matéria repomos e retomamos a nossa competência autonómica para decidir sobre esta matéria e particularmente, também, repomos por essa

maneira um mecanismo de definição de um rendimento diferenciado para os trabalhadores da nossa Região.

Em relação ao Sr. Deputado Félix Rodrigues: Sr. Deputado, o Sr. Deputado na Comissão disse-me que não percebia como é que o Governo apresentava esta proposta porque o PP já tinha apresentado duas vezes esta proposta e o Governo dos Açores tinha rejeitado.

Ora, se o PP já apresentou duas vezes essa proposta o senhor com certeza fez as contas e tem as contas da proposta que fez.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, naturalmente, vai votar favoravelmente este diploma porque ele representa, entre outras coisas,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a audição aos sindicatos?

O Orador: ... uma melhoria para o rendimento dos trabalhadores. Isto também na presunção de que o dinheiro no bolso dos cidadãos está sempre melhor do que na tesouraria do Governo Regional...

Deputado André Bradford (PS): A não ser que os senhores fossem Governo Regional!

O Orador: ... ou das empresas públicas regionais.

No entanto, temos três dúvidas sobre esta matéria, uma de natureza formal e outras duas que serão colocadas mais uma vez ao Governo Regional.

Deputado André Bradford (PS): Duas que são uma!

O Orador: A de natureza formal é de que esta matéria, no nosso ponto de vista, deve ser precedida de negociação entre o Governo Regional e...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Proponha baixar à Comissão. Seja coerente!

O Orador: ... os sindicatos representativos destas áreas de atividade.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Os trabalhadores ficam mais tempo sem receber!

O Orador: Esta é a questão formal que é reincidente em outras matérias nas quais o Governo Regional está, por lei nacional, a tanto obrigado e que sucessivamente foge a essa disposição legal.

As outras duas perguntas têm a ver com o tempo e o âmbito de aplicação deste diploma.

Em sede de Comissão tivemos a oportunidade de perguntar ao Sr. Vice-Presidente a razão pela qual só agora (ou agora!) o Governo Regional apresenta um diploma com este conteúdo e com esta intenção e fazendo-o porque lhe introduz efeitos retroativos a janeiro deste ano.

Na altura a resposta que obtivemos foi porque o Governo Regional assim o entendeu.

É uma resposta possível, mas para quem está obrigado a responder perante os legítimos representantes do povo dos Açores convenhamos que é uma resposta muito ligeira e a roçar o desrespeito pelo nosso Parlamento.

Portanto, reitero novamente essas perguntas:

Porquê agora? E porquê os efeitos retroativos?

Até porque esta questão da retroatividade não deixa de ter a ironia de acontecer precisamente na sessão seguinte àquela em que uma proposta da oposição que procurava também no domínio da remuneração, neste caso dos funcionários públicos, através da qual se pretendia obter a retroatividade de determinados pagamentos, logo fez saltar o Sr. Vice-Presidente e, na bancada do Partido Socialista, o Sr. Deputado Francisco Coelho que, curiosamente mas talvez só por coincidência, não está neste momento na sala, dizer aqui de forma doutoral uma série de coisas sobre a impossibilidade de aplicarmos leis com efeitos retroativos.

Portanto, isto naturalmente devendo ter um enquadramento legal naquelas exceções que aqui o Sr. Deputado Francisco Coelho enunciava, certamente o Governo deve explicar-se sobre isso.

Finalmente para dizer que também não estamos de acordo com a circunstância deste diploma fazer uma recuperação de competência da Região que, injusta e indevidamente, foi retirada.

Mas essa competência injusta e indevidamente retirada não foi apenas agora, já o foi em 2011.

Nessa altura o Sr. Vice-Presidente, pela circunstância de ter no Governo de Lisboa o seu camarada José Sócrates, não se insurgiu contra essa retirada de competências. Limitou-se, pelo contrário, docilmente a dizer que, na Região (quando foram feitos aqui os cortes, quando exatamente este diploma que nós estamos a alterar também na altura foi sujeito a uma alteração para aplicar os cortes que então José Sócrates fez à função pública e ao Setor Público Empresarial, nomeadamente regional), se tratava de cumprir integralmente os objetivos do Orçamento de Estado. Vejamos só a diferença de linguagem.

Hoje em dia é contra os cortes impostos pelo Governo da República. Na altura tratava-se de cumprir os objetivos do Orçamento de Estado em termos de poupança e de redução de custos e que os Açores iam dar, do ponto de vista solidário e em termos de solidariedade nacional, o seu contributo.

Pois ainda bem que hoje também está disponível para dar esse contributo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, nós temos tido como bem sabe e todos nós sabemos alguns problemas de semântica entre o entendimento entre as diferentes bancadas parlamentares desta Casa e o Governo Regional.

Lembra-se bem do último desentendimento, não foi entendimento, foi desentendimento, também por questões de semântica.

Para que essa situação infeliz não se repita eu gostava de fazer ao Sr. Vice-Presidente duas ou três perguntas concretas pedindo-lhe também respostas

concretas porque, digamos, a inclinação de voto ou a decisão de voto do BE dependerá das respostas que o Sr. Vice-Presidente e do esclarecimento que entender dar-nos sobre esta matéria.

A primeira pergunta que lhe faço, Sr. Vice-Presidente é a seguinte: quando no artigo 20.º, ponto 3 se refere a reposição do regime em vigor a 31 de dezembro 2010 eu pergunto-lhe qual é o regime de que estamos a falar? Concretamente, qual é o regime de que estamos a falar?

Segunda pergunta concreta: sabendo como todos sabemos que a contratação coletiva tem autonomia jurídica em relação ao Orçamento de Estado, pergunto-lhe de que maneira é que a reposição de um implica a reposição de outro, uma vez que autonomia é completa?

Aliás, o Tribunal Constitucional no seu Acórdão deixou passar estes cortes porque eram previsivelmente transitórios, mas a partir de determinada altura, nomeadamente em 2016, já passariam a ser definitivos e portanto acabarão, julgamos nós.

Terceira pergunta concreta, e se a Sra. Presidente me permite entraria na proposta de aditamento, neste caso, que o BE apresentou a esta câmara relativamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Se bem entendi pelas duas primeiras intervenções do Sr. Vice-Presidente, as contratações coletivas de trabalho, não são postas em causa, ao contrário daquilo que acontece na República onde há uma perseguição absoluta e uma tentativa de destruição total à contratação coletiva e ao privilegiar da individualização do contrato porque a lei da selva é sempre melhor do que a negociação e de que os acordos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E neste momento nos Açores!

A Oradora: Se na realidade a intenção do Governo Regional é, como o Sr. Vice-Presidente disse, e nós queremos acreditar, que as contratações coletivas não serão prejudicadas com a reposição do regime (importa perceber que regime) de dezembro de 2010, o que eu lhe pergunto é qual é a dificuldade ou a impossibilidade ao n.º 7.º do artigo 20.º da proposta do Governo, tal e qual

como está formulado, pôr uma vírgula e acrescentar “salvaguardadas as convenções coletivas de trabalho”.

São estas as perguntas objetivas que eu tinha para fazer.

Agradecia que respondesse para decidirmos a nossa decisão de voto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que devemos repor está no título do próprio diploma: “O regime do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores”, porque, e retomando o que aconteceu foi que a legislação nacional aprovada na Assembleia da República, com os votos favoráveis do PSD, com o apoio do PSD, com o apoio dos Deputados dos Açores do PSD, retirou a competência da Região sobre esta matéria.

Ou seja, o regime que estava estabelecido, em legislação regional, foi revogada essa parte e o que nós estamos a repor é a legislação regional sobre essa matéria. Começou em 2008, foi alterada em 2009 e assim sucessivamente. O que nós repomos é o regime existente à data de 2010, precisamente antes dessa legislação ter sido revogada.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): O regime da Região?

O Orador: Da Região. Se leu o título do diploma responde à sua pergunta.

Agora vamos à segunda questão.

Por que é que a proposta que é igual do BE e do PCP não pode de maneira nenhuma ser aceite?

Porque penso que com toda a objetividade quando fizeram essa proposta não pensaram na sua consequência.

O que é que nós aqui dizemos no n.º 7? “Independentemente das normas que venham a existir será sempre competência da Região, da Assembleia Regional, legislar sobre esta matéria”.

Se aprovássemos a alteração que os senhores propõem o que permitiria é que já no próximo Orçamento de Estado que entrará na Assembleia da República, no

próximo dia 15 de outubro, se voltasse a dizer Setor Público Empresarial Regional, automaticamente aquilo que os senhores queriam aprovar hoje seria revogado e não teria nenhuma consequência prática.

A única maneira de salvaguardar a manutenção futura desta competência no âmbito da Região, no âmbito desta Assembleia, é exatamente fazer como nós estamos a fazer.

Se esta Assembleia aprovasse a vossa proposta de alteração estavam a retirar uma conquista autonómica que pretendemos repor e assegurar que se mantenha no futuro, independentemente da legislação nacional e estavam a criar todas as condições para que em janeiro do próximo ano os trabalhadores açorianos dessas empresas voltariam a ter retirado essas matérias porque a legislação nacional que existe e que com certeza continuará a existir vai dizer claramente que a legislação que criaram a nível nacional, se sobrepõe aos acordos coletivos de trabalho.

O que nós estamos aqui a dizer é que a legislação regional que temos, repomos a que tem, logo a que tem permite que os acordos coletivos de trabalho se sobrepõem à legislação nacional. Isso só se consegue com a nossa proposta e a vossa proposta implicaria exatamente o contrário, que eu sei que com boa-fé tentaram fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Portanto, têm que retirar as vossas propostas porque as vossas propostas irão prejudicar em muito os trabalhadores e não defendem a nossa autonomia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 45 minutos.

Eram 16 horas e 31 minutos.

Presidente: Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Sras. e Srs. Deputados vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tomo novamente a palavra para repetir as questões que foram lançadas ao Governo Regional e por inerência também à bancada parlamentar do PS.

Ao Governo Regional, no sentido de saber as razões do agora deste diploma e da sua retroatividade e ao falar da retroatividade implicitamente estou a interpelar a bancada do PS, segundo a qual precisamente no dia 10 de julho o Sr. Deputado Francisco Coelho que mesmo com esta temática em debate ausenta-se da sala, dizia, e vou citar: “Uma norma legislativa com efeitos retroativos tendo em conta o artigo 12.º do Código Civil é verdadeiramente excepcional por violar o estado de direito”.

Em consciência ainda que estando de acordo com a substância deste diploma, mas por ele conter uma disposição que produz efeitos retroativos com sensivelmente nove meses nós queremos em consciência saber se estamos ou não a ir contra essa disposição do artigo 12.º do Código Civil e portanto a violar o estado de direito.

São perguntas, Sra. Presidente, que do nosso ponto de vista entendemos que são necessariamente para aqui fazer-se e obter uma resposta para que então

possamos votar em conformidade com a informação de que naturalmente haveremos de dispor e termos toda a segurança legislativa no ato que estamos a praticar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para lamentar profundamente a anterior intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado e dizer, digo isso com bastante pena, que o Sr. Deputado Joaquim Machado na sua anterior intervenção faltou à verdade a esta Assembleia.

O Sr. Deputado Joaquim Machado referiu que o Governo dos Açores quando em 2011 José Sócrates tinha produzido a primeira legislação nacional sobre essa matéria o Governo dos Açores não tinha feito nada.

Quero dizer-lhe Sr. Deputado, que o Decreto Legislativo Regional 7/2011/A aprovado por esta Assembleia procedeu exatamente a uma reposição como estamos hoje aqui a fazer.

Portanto, o Governo dos Açores fê-lo quando o Governo da República era do PS e faz agora quando o Governo da República é do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Leio-lhe o mesmo artigo 20.º que estamos aqui a debater, esta proposta que fizemos em relação a essa matéria, nomeadamente ao ponto 2, 3, 4 e 5 do art.º 20.º.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, para nós o que interessa é os Açores e os açorianos; nós tomamos as medidas em defesa dos Açores e dos açorianos independentemente do Governo da República ser do PSD ou do PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Lamentavelmente, repito, lamentavelmente, o Sr. Deputado Joaquim Machado em vez de estar aqui connosco a defender os Açores, a defender a nossa

autonomia, estava aqui a tentar dividir os Açores, a tentar enfraquecer a nossa autonomia ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e a tentar fazer com o que nós tivéssemos sobre esta matéria uma atitude diferente se o Governo da República fosse do PSD ou fosse PS.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pode repetir isso que eu não percebi. É muito rebuscado!

O Orador: Felizmente, a coerência deste Governo, a coerência desta maioria é só uma: a defesa dos Açores, dos açorianos e da nossa autonomia, independentemente de qual era o Governo da República. Tenho que dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado Joaquim Machado: infelizmente para o vosso partido era essa também a vossa posição no passado e no presente estão sucessivamente a pôr em causa esse património que também é vosso e que agora infelizmente estão por essas atitudes de tentar divergir no essencial, de tentar criar conflitualidade a perder progressivamente um património que também era vosso mas que é neste momento essencialmente um património dos açorianos, um património da nossa autonomia.

Deputada Benilde Oliveira e Deputados Berto Messias e José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice- Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sra. Presidente, mas a minha intervenção é para uma interpelação à Mesa e para um protesto.

Presidente: Sr. Deputado para uma interpelação tem dois minutos, mas o protesto é em relação a quê Sr. Deputado?

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** A intervenção que o Sr. Vice- Presidente fez, porque ...

Se me permite eu faço primeiro a interpelação e vai entender depois o sentido do protesto.

Presidente: Então para a interpelação tem dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não será necessário tanto tempo Sra. Presidente, nem pouco mais ou menos, é apenas para requerer à Mesa a gravação e a distribuição em texto da intervenção que eu fiz, porque eu não disse aquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de referir aqui e é exatamente por ele ter faltado à verdade, relativamente ao sentido da minha intervenção que eu quero protestar.

Deputado Berto Messias (PS): Não faça manobras de diversão!

O Orador: Vou repetir o que eu disse, que foi a citação do Diário das Sessões do dia 25 de fevereiro de 2011, se me permitir.

Presidente: Sr. Deputado, para a interpelação o que pediu foi o registo da transcrição, naturalmente será pedido aos serviços para que depois seja distribuído.

O protesto, está a protestar porque entende que o Sr. Vice-Presidente faltou à verdade.

O Orador: Exatamente.

Presidente: Então tem três minutos para um protesto, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, eu percebo que o Sr. Vice-Presidente do Governo quando as coisas não lhe correm bem ponha um ar compungido e faz-se sempre de vítima.

Vamos por partes.

O que eu aqui afirmei e volto a afirmar, até porque não o fiz de cor, não o fiz de memória, foi citar o Diário das Sessões do dia 25 de fevereiro de 2011.

Pode, Sr. Vice-Presidente, fica com a vida facilitada e dos seus Açores, fazer a verificação disto que eu vou voltar a ler.

O senhor disse que o Governo Regional, exatamente porque repôs os cortes que o Governo de José Sócrates fez na altura, com isso ia cumprir integralmente os objetivos do Orçamento de Estado.

O que eu disse, isso sim, foi que o senhor tem dois discursos diferentes consoante quem está na República.

Deputados Luís Garcia e António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Na altura disse, e vou citar novamente o Diário das Sessões: “que se tratava de cumprir integralmente os objetivos do Orçamento de Estado em termos de poupança e de redução de custos, isto é os Açores vão dar, do ponto de vista solidário e em termos de solidariedade nacional o seu contributo”.

Hoje em dia o senhor não tem esse discurso porque o Governo da República já não é o do seu partido. Hoje em dia limita-se a fazer uma chicana política dizendo apenas que se trata de repor os cortes que inadvertidamente e com outra adjetivação o Governo da República do PSD e do PP farão.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor faltou deliberadamente à verdade e deve retratar-se aqui porque intencionalmente pôs na minha boca o que eu nunca disse, como, aliás, comprovaremos quando a Sra. Presidente, os serviços puderem fazer a transcrição e V. Exa. providenciar e mandar distribuir cópia exatamente dessa transcrição.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o PS não diz nada? E a CGTP?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente quer usar da palavra para um contraprotesto?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim.

Presidente: Tem dois minutos Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, acho que a intervenção não merece nenhuma outra referência que não seja aquela que efetivamente foi dita, o que se comprova com tudo isto é que afinal o Governo dos Açores está hoje a repor uma situação com um Governo do PSD, como o fez de acordo com este Decreto Legislativo Regional, publicado em 22 de março de 2011, em relação a um Governo que era então do PS.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não disse o contrário! Só na sua cabeça é que ouviu isso!

O Orador: Factos são factos, a verdade é esta, mas o essencial disto tudo é que os açorianos sabem perfeitamente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é uma cassete!

O Orador: Com o PSD os funcionários públicos são adversários, são um custo e devem ser reduzidos os seus rendimentos e os seus direitos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com o Sócrates!

O Orador: Com o PS repomos o rendimento e os funcionários públicos são um ativo que merecem ser valorizados.

É esta a nossa diferença.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O resto fica para a sua oratória e para a sua necessidade de protagonismo interno.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Está inscrito agora o Sr. Deputado Miguel Costa.

Tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Afinal o PS tem alguma coisa a dizer!

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A alteração legislativa aqui proposta, o Regime do Setor Público Empresarial, é uma questão de justiça, tendo o Governo Regional dos Açores, mais uma vez, encontrado a solução para repor aquilo que na República é incessantemente cortado.

Na República o Governo do PSD a cada Lei do Orçamento de Estado, nos direitos dos funcionários, corta, corta e continua a cortar e até parece que vos dá gozo.

Nos Açores, o Governo dos Açores tem tido a coragem e a capacidade, saliento, e a capacidade para repor a situação, para repor o regime, promovendo a justiça, o equilíbrio e a paz social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que será que aconteceu no Futebol Clube da Madalena?

O Orador: O que se consegue com esta alteração é que a Região chame a si a competência devida e a que existia até 2010 ...

Deputado Luís Maurício (PSD): O António Costa é que se absteve no Orçamento de Estado. Grandes partidos devem abster-se no Orçamento!

O Orador: ... e criar as condições legais para repor o regime da retribuição do subsídio de refeição, do trabalho suplementar, do trabalho noturno, das ajudas de custo e do transporte. O que existia em vigor em 2010.

Deputado Luís Maurício (PSD): Ah grande António! Foste abster-te no Orçamento!

O Orador: Aqui o regime em vigor em 2010 não impedia os acordos coletivos de trabalho. Portanto este continua a não impedir.

Ao PSD e ao Sr. Deputado Joaquim Machado, aliás aqui nesta Casa só falta o senhor dizer que a culpa dos cortes dos direitos aos funcionários motivado pela Lei do Orçamento de Estado é culpa do Governo dos Açores. Só falta dizer isso, Sr. Deputado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): De 2011 é!

O Orador: Ainda por cima, além disso, falta a verdade e fica-lhe muito mal quando diz que os Açores não alteraram quando era o outro Governo. Alteraram! Está aqui provado, Sr. Deputado. Isso fica-lhe muito mal, Sr. Deputado! Toda a gente ouviu, só o senhor é que não quer ouvir. Isto fica-lhe muito mal!

Isto sim, com um Governo PS na República ou Governo PSD na República isto é a defesa dos Açores e dos açorianos por mais que lhes custe!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para um protesto.

Presidente: Para um protesto a?

Deputado Joaquim Machado (PSD): ... Sr. Vice-Presidente e, portanto, faltando à verdade eu tenho que protestar.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, eu não gostaria de levar este debate de protesto em protesto.

Uns dizem uma coisa, outros dizem outra. Não sei se o senhor não poderá enquadrar essa sua contra argumentação numa intervenção.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Eu não queria prolongar este debate em forma de protesto, agora como V. Exa. também há de entender eu não posso continuar a ouvir a mesma mentira em relação àquilo que eu disse.

Portanto, nessa medida eu tenho que me defender cada vez que um membro do Governo Regional ou um Deputado da bancada do PS puser na minha boca aquilo que eu efetivamente não disse e apelava a V. Exa. no sentido de providenciar a transcrição porque isso se calhar resolve uma parte deste problema que intencionalmente a bancada do PS, reincide.

Depois de eu ter feito a explicação através do protesto, não é compreensível que se insista num argumento que efetivamente não corresponde à verdade dos factos.

Presidente: Sr. Deputado, antes de mais esclarecer que a transcrição, apesar de urgente e será solicitada aos serviços, como compreenderá não chegará a tempo deste debate, naturalmente como compreende.

Também pedir-lhe e pedir a todos, como tem sido habitual, efetivamente está no direito de querer defender-se, mas a verdade também é que a argumentação utilizada pelas bancadas muitas vezes vai dentro de um rumo de argumentário ...

Portanto todas as vezes que um Deputado interpretar as suas palavras de uma maneira diferente daquela que o senhor acha que foi correta, se pedir um protesto nós nunca mais saímos daqui.

Por isso também apelava neste caso ao seu bom senso no sentido de aceitar que faça a sua defesa através de uma intervenção, até porque dispõe de tempo e portanto não ficará em nada prejudicado com isso.

Tem a palavra então, Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma intervenção.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Com certeza que sou muito sensível ao seu apelo de bom senso e espero que outros o sejam, sendo certo que nesta matéria não se trata de uma divergência de interpretação, trata-se de factos porque o registo comprovará exatamente aquilo que eu disse.

Deputado Berto Messias (PS): Veremos!

O Orador: Portanto, eu insisto nisso. Insisto nisso!

Não vale a pena o PS ser reincidente numa habilidade que não fica bem, nomeadamente porque carente de seriedade, de verdade nas afirmações que me foram feitas.

De facto, o Governo Regional e nós reconhecemos, já o disse, e se não o tivesse dito a circunstância de ter iniciado a intervenção com o anúncio do voto favorável da bancada do PSD, este diploma significaria desde logo para bom entendedor que estamos de acordo com isto.

Estamos de acordo com esta matéria, como eu referi, porque entendemos entre outras coisas que o dinheiro está melhor na mão ou no bolso dos cidadãos do que na tesouraria pública da Região ou até das empresas públicas.

Mas, é bom também que nos situemos e o senhor Deputado do PS que me antecedeu na sua intervenção acabou por dizer tudo ou quase tudo ainda que o tenha feito de forma subliminar.

Deputado Miguel Costa (PS): Principalmente na última parte!

O Orador: Lembrou que o Governo Regional dos Açores e nessa parte correspondeu exatamente aos factos, o Governo dos Açores tal como já o havia feito em 2011 quer novamente repor uma competência que foi retirada à Região.

Mas a história também serve para enquadrar o nosso caminho e é bom então lembrar que essa competência foi retirada em 2011 pelo Governo do PS, José Sócrates, cujo número dois era o Dr. António Costa.

É bom que tenhamos também presente estes factos. Não foi o PSD, não foi o Governo da República do PSD, que tirou pela primeira vez esta competência ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não sabíamos que tínhamos um seguidista de todos os debates desse lado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado Sra. Presidente.

Tenho que pedir desculpa à câmara por ter citado um nome que suscita este burburinho.

Não sei por que razão lembrar que o Dr. António Costa era o número dois do PS que suportava o Governo da República que retirou esta competência à Região, cria este nervosismo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! Já mudou!

O Orador: Mas admito que isto tenha alguma coisa a ver com os debates de ontem e anteontem e isso não é o mais relevante.

O que é sim e vou terminar é fazendo a reposição de um facto que por ser facto e ser uma evidência não precisa de comprovação.

Foi um Governo PS que pela primeira vez retirou esta competência que injusta e indevidamente nos foi retirada em 2011 e que agora o Governo Regional, tal como fez nesse ano de 2011, volta, outra vez, através dessa iniciativa legislativa a repor o nosso edifício legislativo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de acentuar o seguinte relativamente às questões da justiça que não são património do PS.

Portanto, quando a oposição propõe uma medida que entendemos ser justa, ela é justa.

Esta medida proposta pelo PS, justa é e portanto somos coerentes na avaliação da justiça.

Por isso quando falamos em retroatividade da lei, não tivemos dúvidas em votar uma proposta justa da oposição que implicava a retroatividade da lei.

Assumimo-lo que ela era correta e que não era ilegal porque a Sra. Presidente da Assembleia admitiu-a. Se a admitiu é porque era legal.

Sendo assim também é legal a proposta do PS.

Centremo-nos naquilo que é essencial neste debate e o que é essencial neste debate Sr. Vice-Presidente, é percebermos até que ponto ela é justa, quer para o setor empresarial regional e o senhor não me respondeu à pergunta concreta que lhe fiz.

A pergunta concreta que lhe fiz foi: haverá alguma empresa regional, com a qual o Governo Regional irá rever o contrato programa pela aplicação deste Decreto Legislativo Regional?

Isso é que é a minha preocupação.

Quanto à justiça da proposta já o dissemos uma vez, nas mesmas condições continuamos a dizer que é justa e não acho que a justiça seja património exclusivo do PS.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito rapidamente Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Félix Rodrigues pensei que tivesse iniciado a sua segunda intervenção reconhecendo que na Comissão se tinha enganado e quando na Comissão disse que esta proposta era uma repetição, uma proposta que tinha sido duas vezes apresentada pelo PP e que tinha sido chumbada, estava a fazer uma crítica injusta e que na altura tinha feito uma má análise a essa proposta e

esta proposta não tinha nada a ver com a proposta que o senhor estava a referir-se.

Como isso foi público, e na comunicação social foi divulgada...

(Aparte inaudível do Deputado Félix Rodrigues)

O Orador: Foi. Foi.

... essa crítica, pensei que o Sr. Deputado o tivesse feito e reconhecido que tinha efetivamente um erro, como todos nós nos enganamos. Todos nós erramos e não é por aí que há qualquer problema. Isso acontece com todos, não é nada de especial, mas da mesma maneira que houve a incidência sobre essa crítica, essa proposta que tinha como enquadramento o facto de há uns meses termos dito que não, veio provar-se que afinal não era verdade o que estava a dizer sobre esta matéria. É uma matéria completamente diferente da matéria que estava a pensar.

Mas pondo essa questão de lado, quero dizer Sr. Deputado tem toda a razão, no que concerne a justiça não é um património do partido, não é um património de uma ideologia, não é um património de ninguém. A justiça, a reposição da justiça é, em primeiro lugar, um direito de todos e é um dever de todos contribuírem para que isso aconteça.

Por isso consideramos que o consenso que se faz em torno desta proposta é um consenso a bem dos Açores, a bem dos açorianos e a bem da nossa autonomia e esse consenso será concretizado, independentemente de ter sido o Governo que teve a iniciativa, mas sendo o benefício de todos será com certeza o benefício desta proposta partilhada por todos.

Em relação à segunda questão dos contratos programa com as empresas do setor público empresarial que têm contratos programa, evidentemente que as situações serão, caso a caso, ajustadas em função da realidade e do enquadramento dessas mesmas empresas do setor público, em função concreta também do impacto que a mesma tenha e em função da capacidade ou da autonomia da gestão de receitas ou de proveitos ou da estrutura de custos de

cada uma das empresas, porque evidentemente existem empresas que têm toda a capacidade para absorver esse aumento de encargos na sua estrutura, como por exemplo a EDA, não faz sentido. Há outras empresas que estão no mercado onde não é legalmente possível estabelecer contratos programa e portanto tem que ser no âmbito da sua atividade encontrar enquadramentos e aquelas cujos proveitos assentam essencialmente no valor transferido através de contratos programas e irá evidentemente dentro das regras da relação de custos, de eficácia e de poupança, haver os necessários ajustamentos para que essa justiça que referiu seja, evidentemente, também nesse aspeto partilhada por todos.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento relativamente àquilo que o Sr. Vice-Presidente diz.

De facto quando me referi que tinha havido uma proposta de toda a oposição a leitura pode ser aquela que o senhor fez, é lícito fazer aquela leitura, de facto não me devo ter expressado corretamente e por tal peço desculpa se o ofendi porque de facto fujo à verdade se o enquadramento é este. Não era essa a intenção.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não era para pedir desculpa!

O Orador: A intenção que penso que tinha ficado clara nesta intervenção que acabo de fazer é que tem a ver com os mesmos argumentos de justiça, os mesmos argumentos de retroatividade da lei, os mesmos argumentos de impossibilidade usados pela bancada do PS em assuntos próximos, em propostas muito concretas que aqui foram feitas, é em quase tudo semelhante a isto.

Por isso é que fiz a informação que fiz.

Relativamente a ter dado nota à comunicação social eu não tenho noção disso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estava aberto à comunicação social!

O Orador: Talvez fizeram notícia mas eu não dei qualquer notícia à comunicação social sobre a atitude que tomei.

Relativamente à interpretação se o ofendi peço desculpa, estou aqui para isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois, enfim, da discussão deste diploma e na altura em que estamos e de alguns esclarecimentos que foram prestados pelo Sr. Vice-Presidente sobre algumas dúvidas que subsistiam e também num esforço para consensualizar aqui algumas posições, é para anunciar que o PCP retira a proposta de alteração que tinha feito a este diploma e que entretanto como já foi distribuída uma proposta subscreve uma outra em conjunto com mais três partidos (o PS, o BE e o PPM).

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito rapidamente Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer ao Sr. Deputado Félix que não tem que pedir desculpa, não ofendeu, não foi isso que quis dizer. Aliás considero que as suas intervenções não são muito corretas do ponto de vista formal, mas com conteúdo e substância.

Portanto, não tem que pedir desculpa, nem muito menos teve na sua intervenção qualquer conteúdo ofensivo.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Obrigada

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM é também um dos subscritores da alteração que acabou de ser distribuída na câmara.

Nós consideramos que é uma salvaguarda importante e nuclear em relação a esta matéria e nesse sentido estando assegurada esta alteração, esta salvaguarda, o PPM anuncia que votará favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois das perguntas concretas que o BE fez ao Sr. Vice-Presidente e que obtiveram respostas objetivas e depois de uma procura de consenso que nós consideramos absolutamente essencial para ficarmos a perceber que estamos todos a dizer a mesma coisa com as palavras que estamos a utilizar, o BE anuncia que irá votar favoravelmente esta proposta do Governo, que retirará a sua proposta de alteração ao n.º 7.º do art.º 20.º, porque exatamente subscreveu uma proposta conjunta que lhe dá uma outra redação acautelando as preocupações que nos levaram a apresentar essa proposta de alteração.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também uma intervenção muito breve para dizer que apesar das perguntas que o PSD fez ao Governo sobre o agora e a retroatividade deste diploma, e à bancada do PS sobre a retroatividade e lembrando o que dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho há precisamente dois meses, no último Plenário que violava o art.º 12.º do Código Civil, apesar disto continuar sem resposta e apesar do debate que decorreu nós continuamos a fazer o entendimento que fazíamos à partida para esta discussão, de que tratando-se de um benefício para os trabalhadores, neste, caso do Setor Público Empresarial Regional, nós votaremos favoravelmente o diploma na proposta do Governo e na alteração que os outros quatro partidos aqui nos colocam também à consideração.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Vote contra! Vá lá!
Tenha coragem!

O Orador: Portanto, votaremos favoravelmente em benefício dos trabalhadores.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Se disse isso concordando, imagine discordando!

Presidente: Obrigada, Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP votará favoravelmente a proposta de alteração e estaria disposto também a assiná-la, porque sempre fizemos um esforço de consenso nesta Casa para todas as coisas que beneficiam os açorianos.

Sendo assim, independentemente de termos assinado, ou não, votaremos favoravelmente esta proposta de alteração.

Presidente: Obrigada, Deputado.

Agora sim, julgo que não há mais inscrições.

Penso que estamos então em condições de fazer a votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Vamos começar com a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o n.º 3 e o n.º 4 do art.º 20.º desta proposta de alteração e coloco em conjunto uma vez que para estes dois números não há propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, subscrita por um grupo de Deputados ao n.º 7 do art.º 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 1.º deste diploma, com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então continuar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 9 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/X – “Define as entidades que, na Região Autónoma dos Açores, exercem as competências previstas na Lei n.º 27/2013, de 12 de abril”**.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo que aqui trazemos é uma proposta simples que visa adaptar à realidade da Região, um conjunto de matérias que a nível nacional estão identificadas como sendo da competência da ASAE.

Nesse contexto é uma proposta legislativa muito simples que diz claramente que onde a nível nacional é a ASAE que tem essa competência, nos Açores compete à Inspeção Regional de Atividades Económicas exercer essas mesmas funções e desenvolver essa atividade, clarificando assim com este enquadramento legislativo a competência da Região sobre essa matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção também muito curta.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional teve também uma discussão muito simples e singela na Comissão de Economia porque o próprio conteúdo é apenas a transposição das competências da ASAE no IRAE.

Portanto, não há muito mais a acrescentar àquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, aquilo que está no relatório, o próprio conteúdo e o texto da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Nesse sentido o PSD votará favoravelmente a proposta em questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo podemos passar à votação porque há sempre o debate na especialidade.

Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O art.º 32.º da Lei 27/2013, de 12 de abril, estabelece que os atos e os procedimentos necessários à execução da referida lei nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, competem às entidades das respetivas administrações regionais, com contribuições e competências nas matérias em causa.

A presente iniciativa legislativa visa adaptar à organização da administração regional, quem licencie e fiscalize a atividade de comércio a retalho, não sedentária, exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizem.

Relativamente à proposta que deu entrada pela Representação Parlamentar do PCP, nós Grupo Parlamentar do PS não concordamos e como tal não votaremos favoravelmente.

A Lei 27/2013, já prevê excecionalmente, nomeadamente na alínea a), do n.º 3.º do art.º 20.º e passo a citar: “as regras de funcionamento das feiras dos concelhos podem excecionalmente – e repito – podem excecionalmente prever os lugares destinados a participantes ocasionais nomeadamente pequenos agricultores que não estejam constituídos como agentes económicos que pretendam participar na feira para vender os produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela Junta de Freguesia da área de residência”.

É aqui nesta última parte que reside a diferença da atual proposta e daquilo que propõe o Sr. Deputado Aníbal Pires, ou seja, o que aqui é pretendido com essa alteração não é mais do que alargar o leque a mais agricultores não constituídos como agentes económicos o que desde logo permite uma concorrência desleal entre agentes constituídos e não constituídos.

Como o senhor bem deve saber ultimamente são muitos os agricultores que se constituíram como agentes económicos para poderem transacionar e vender os seus produtos.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, não seria correto nem justo da nossa parte, aceitarmos esta desigualdade concorrencial.

Aliás, ao aprovarmos esta iniciativa estaríamos a promover a economia paralela a qual muito se tem falado ultimamente.

Portanto, Sr. Deputado, os pequenos agricultores na presente lei, não constituídos, estão salvaguardados e não pondo em concorrência, como já lhe disse anteriormente, os que estão constituídos e não constituídos.

Consideramos que a lei existente é mais equilibrada, dá oportunidade a todos, sem permitir concorrência desleal entre agentes constituídos e não constituídos. Hoje existem associações e cooperativas com boas estruturas e com alguma dimensão de mercado, no entanto elas precisam de associados, sobretudo associados produtores.

Esta sua medida visa precisamente o contrário.

Esta é a forma de valorizarmos os nossos produtos, melhorar a qualidade e melhorar a rentabilidade dos produtores.

Hoje, produzimos bons produtos, produtos com qualidade.

Temos que continuar este caminho, mas também temos que aumentar a nossa capacidade de produção de modo a garantir maior rentabilidade aos nossos produtores.

As cooperativas são fundamentais para os produtores, nomeadamente para os pequenos produtores, aqueles que têm maiores dificuldades na colocação dos seus produtos.

As cooperativas podem indicar as quotas de produção de acordo com os mercados e assim valorizar os produtos transacionados, ou seja, podemos produzir de acordo com as nossas necessidades.

Sr. Deputado os tempos evoluem e como tal também nós temos que evoluir.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isto é debate na especialidade, Sra. Presidente? Vou voltar a usar da palavra, porque não falei na especialidade, só na generalidade!

O Orador: Portanto, o Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente a Proposta de DLR apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Deputada Zuraida Soares (BE): Membro!

O Orador: E a Sra. Secretária o que é?

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. e Sr.!

O Orador: Membros do Governo!

Certo? Pronto.

Sra. Presidente, a Representação Parlamentar do PCP vai aprovar este diploma apresentado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na economia paralela!

O Orador: Sem economia, paralela pelos vistos.

... independentemente da aprovação ou não, como já foi dito não vai ser aprovado e nós não fazemos depender a nossa posição, do facto das nossas propostas de alteração serem ou não acolhidas pela maioria castradora que suporta este Governo.

Mas há aqui uma coisa que Vs. Exas. não entenderam. Não foi o Sr. Deputado, foi o Grupo Parlamentar desta maioria castradora que suporta este Governo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maioria castradora!

O Orador: ... e que é o seguinte: Srs. Deputados, o PCP tem consciência do que está na lei e que já está previsto na lei a possibilidade de cidadãos com necessidades, com muita fragilidade económica poderem aceder a este tipo de mercados.

Mas o PCP também sabe que quem faz os regulamentos e isto destina-se às câmaras municipais para fazerem os regulamentos, podem ou não fazê-los, independentemente das indicações que aqui estão.

Aquilo que o PCP pretendeu com esta proposta foi dar essa possibilidade.

Dar essa possibilidade que pequenos produtores que têm excesso na sua produção...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantas cabeças de nabo o pequeno produtor pode vender?

O Orador: ... possam pontualmente vender nas feiras e mercados que, como também V. Exa. julgo que sabe, estão a emergir não só no País, mas também na Região Autónoma dos Açores, pequenos mercados informais, seja de produtos biológicos, seja doutro tipo de produtos.

Aquilo que o PCP aqui propõe não é mais do que isso: é não limitar que os municípios quando fazem os regulamentos para os mercados e feiras pudessem acolher esta sugestão. Não é mais do que isso!

Se V. Exa. considera, para já isto não era uma imposição, que isto é fomentar a economia paralela e que a dimensão deste tipo de mercados aqui pode de alguma maneira entrar em...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Aníbal Pires, o que é um mercado paralelo?

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima já lá vamos.

Portanto, se considera que esta proposta do PCP iria fomentar isso, julgo que o Grupo Parlamentar fez uma leitura errada dessa iniciativa.

Portanto aquilo que se pretendia era apenas deixar margem aos municípios para que nos seus regulamentos pudessem, se o quisessem, fazê-lo, abrir essa possibilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E tem!

O Orador: Não tem não! Não tem não!

Vs. Exas. entendem que não, que não deve ser assim, pois entendam-se com quem irá contestar e não irá gostar do facto de não terem aprovado esta proposta de alteração que o PCP aqui trouxe, porque, efetivamente, há muitos cidadãos que têm pequenas produções e que têm pequenos excedentes e que permite-lhes ou não, as câmaras municipais, poderem fazer a transação desses géneros. Acho que é um erro que está a cometer-se.

Aliás, isto não o tornava obrigatório, apenas alargava o leque.

Mas tudo bem Sr. Deputado. A maioria castradora que suporta este Governo entende que não. Pois que entenda. O PCP irá de qualquer forma votar favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não entrei na apreciação da proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, há pouco, na minha primeira intervenção, porque supus que íamos começar pelo debate na generalidade e apenas posteriormente passarmos à especialidade, lapso meu provável, e portanto agora o nosso contributo, o contributo do PSD relativamente às propostas de alteração apresentadas pelo PCP.

O Sr. Deputado Toste Parreira, já referiu algumas das questões, mas exemplificando aquilo que seria a possível posição e implementação daquilo que o PCP apresenta.

Vamos pôr a seguinte hipótese: o Sr. Deputado Aníbal Pires é um produtor agrícola e da sua produção agrícola dirige-se ao mercado todos os sábados, às sextas, nos dias previamente definidos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada disso!

O Orador: Eu sou um produtor que tenho excedentes no meu quintal, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Excedentes no seu quintal?

O Orador: ... mas por acaso também na altura em que o Sr. Deputado Aníbal Pires está no mercado a vender as suas melancias, por exemplo, na altura em que acabou de pagar a segurança social e os seus impostos, o excedente das melancias do meu quintal, vou colocar-me ao seu lado a vender melancias, parecidas, provavelmente até melhores, mas provavelmente a um preço mais baixo porque não tenho que pagar impostos.

Ou seja, aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires e a Representação Parlamentar do PCP queriam fazer era bondoso, admitamos que foi bem-intencionado, mas naturalmente destorceria completamente a concorrência no mesmo espaço, lado a lado, sendo certo que tem a perfeita consciência de que o Sr. Deputado Aníbal Pires não ficaria satisfeito, como produtor de melancia ou de outro produto agrícola qualquer, ver ao seu lado outro produtor de excedentes, não coletado,

não tendo obrigações fiscais que tem, poder fazer-lhe concorrência no mesmo dia, na mesma hora e no mesmo local.

Por isso relativamente às propostas de alteração que o PCP apresentou entendendo-as, percebendo que naturalmente foram feitas com boa intenção, o PSD não poderá votá-las favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Ora bem, estive aqui a analisar em detalhe a proposta do PCP e realmente acho que está aqui a exagerar-se nesta quantidade de abóboras e cabeças de nabo, inhames e ovos que se irá vender..

(Aparte inaudível)

O Orador: E da batata-doce. Conhecemos o rei da batata-doce há poucos dias na Califórnia. Também começou por vender umas batatinhas doces e depois foi comprando uns alqueirositos e hoje é o rei da batata-doce.

Portanto, o que o Sr. Deputado Aníbal Pires pode fazer aqui é uma medida de empreendedorismo, até vir a criar futuros empresários da cabeça do nabo.

Portanto, o que o Sr. Deputado prevê aqui, e está a criar aqui grandes engulhos, quer ao PS e curiosamente ali ao PSD, os senhores devem prever lugares destinados a participantes eventuais, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Lado a lado!

O Orador: Não. Aí é que está. O senhor não entendeu.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pode pôr-se um biombo! Para separar!

O Orador: Prever lugares destinados a participantes eventuais. Não é o que vai todos os dias à feira, não é o que vai todas as semanas à feira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas quando vai fazer concorrência!

O Orador: É um que quando sobra cabeças de nabo à família, vai vendê-las aos outros. Mas um dia ou outro porque não tem cabeças de nabo para vender todas as semanas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas se tiver nabo para vender faz concorrência consigo!

O Orador: E no lugar específico destinado àquele produtor eventual que vai vender para realizar uns trocos para não ir para o rendimento mínimo, Sr. Deputado Jorge Macedo, para ter um rendimento próprio, para ter o valor do trabalho, Sr. Deputado Jorge Macedo e Sr. Deputado António Toste. Para as pessoas não irem pedinchar, para terem um rendimentozinho, para ser complementar.

Portanto, nós vamos votar favoravelmente a proposta do Sr. Deputado Aníbal Pires e da Representação Parlamentar do PCP porque nos parece que estimula a produção e estimula que as pessoas possam produzir em casa porque em vez de porem o excedente (agora já não há porcos que se punham as batatas, já não há as lavagens como havia antigamente) ...

Deputado Berto Messias (PS): Está enganado! Ainda há porcos!

O Orador: Em alguns casos, Sr. Deputado Berto Messias, sobretudo no Corvo parece que ainda há.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O quê? O quê?

O Orador: Lavagens. Lavagens para os porcos. No Corvo parece que ainda há.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nos sítios adequados!

O Orador: Nos sítios adequados com certeza.

Portanto parece-me que essa proposta é útil e nós vamos votá-la favoravelmente que não nos parece que por aqui haja alguma espécie de economia paralela.

Eu acho que os pequenos produtores...

Aliás, até está previsto que os pescadores (não sei se é 5 quilos se é 10 quilos de peixe) não têm que ir à lota. Apanham, levam para casa e a gente sabe que até vendem aos vizinhos nos locais apropriados que é a cozinha do vizinho. Vão lá e vendem.

Deputado António Parreira (PS): Isso é diferente!

O Orador: Portanto, não me parece que isso seja uma economia paralela capaz de dar cabo da nossa economia.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, votaremos favoravelmente a sua proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Só para responder aqui ao Sr. Deputado Aníbal Pires, realmente a sua proposta não serve, na medida em que o que está regulamentado está bem e o que diz no n.º 3 “As regras de funcionamento das feiras podem...”, enquanto que na sua proposta o senhor diz “devem”, portanto é obrigatório.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para alvos diferentes!

O Orador: A razão tem que ser uma, porque se não houver uma razão nós não sabemos quem são os pequenos produtores. Podemos passar de pequenos, para médios ou para grandes, mas eu penso que o que está aqui em causa é a proposta apresentada pelo governo que é fundamental e precisa para resolver uma situação que nós não tínhamos na lei.

Essa é que é fundamental, essa é que é importante e é essa que vamos votar favoravelmente.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Nós...

Deputado André Bradford (PS): Nós, quantos?

O Orador: ... vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Governo. É meramente administrativa e de carácter autónómico.

Em relação à proposta do PCP, eu considero, tal como a posição que foi aqui defendida pelo CDS, que neste momento existe uma asfixia tão grande, uma

burocracia tão grande sobre o conjunto das pessoas, ainda por cima tendo a nossa economia informal séculos de existência e sendo absolutamente fundamental para a sobrevivência de pequenos agricultores, eu considero que nas bases em que está escrita a proposta do PCP, não traz mal nenhum ao mundo, muito pelo contrário, pode facilitar a vida de muitas famílias humildes com poucos excedentes mas em que estes excedentes podem ser fundamentais para chegar ao final do mês.

Isto significa fazer política com rosto humano e isto significa preocuparmo-nos com os mais desfavorecidos, com os mais humildes e nós nesta matéria identificamo-nos com essas preocupações, também estamos fartos como estão grande parte dos agricultores portugueses e açorianos, desta burocracia esmagadora que se intromete nas mais pequenas questões, em questões absolutamente ridículas e por isso consideramos adequada a proposta de PCP e vamos acompanhá-la e votá-la favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Para dizer que o BE vai votar favoravelmente a proposta do Governo porque ela é clara e pacífica, não tem nada que suscite qualquer tipo de dúvida ou de debate e votará também favoravelmente a proposta de aditamento, neste caso, do Partido Comunista Português.

Na realidade ao BE incomoda-nos bastante mais a impunidade muitas vezes da economia paralela que existe no nosso País, mas é a grande, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da grande!

A Oradora: ... que é aquela a que nós nunca chegamos, a não ser a um ou outro sucateiro que pelo caminho conseguimos deitar a mão, do que a um vendedor que põe os produtos que cultivou, para os quais trabalhou, uma bola de berlim que se vende na praia, o empreendedorismo (como dizia muito bem o Sr. Deputado Artur Lima) que se pratica, isto sim é que não tem nenhum tipo de preocupação.

É curioso que aqueles que não se preocupam com a economia paralela em grande e até lhe dão um jeitinho, nas isenções fiscais, em tudo aquilo que podem fazer para que ela cresça, se reproduza como os nabos, quando chega a este tipo de economiazinha, ficam eriçados e acham que isto põe em causa a economia dos Açores.

Por favor Sras. e Srs. Deputados!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Tirando a parte do sucateiro!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Vou intervir pela última vez, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Com todo o respeito que também merecem todos os comerciantes quer sejam pequenos ou grandes como é lógico, e compreendo a situação dos mais pequenos e até compreendo a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não compreende não!

O Orador: Agora, temos que perceber aqui uma coisa.

Dou-vos um exemplo da nossa terra, da Terceira: uma pessoa que vai à praça do mercado, comprar os seus produtos e quem vende os seus produtos, eu que vou comprar os meus produtos vou pagar um preço na praça do mercado em Angra do Heroísmo e se for à feira do gado, ao domingo de manhã posso comprar o mesmo produto por um preço inferior.

Quem está na feira do gado no domingo de manhã, que não paga impostos e o que está na praça do mercado em Angra, que paga os seus impostos, temos aqui uma desigualdade.

Quem vai à praça do mercado ao domingo, como eu vou, praticamente todos os domingos, apercebo-me do negócio que ali há e ainda bem que o há.

Agora, temos aqui uma desigualdade e quando se quer criar essa proposta a tendência é aumentá-la.

Hoje começamos com poucos e com pequenos agricultores e amanhã temos mais e maiores agricultores.

Deputada Zuraida Soares (BE) e Deputados Artur Lima (CDS-PP): Isso é mau?

O Orador: Não há um controlo. Não há uma razão. Esta é que é a realidade e vá-se queixar os senhores da praça do mercado em Angra que pagam os seus impostos e que baixaram as suas vendas e os que estão na praça do mercado ao domingo que fazem o seu negócio e que não pagam os seus impostos e todas essas coisas mais.

Portanto, eu compreendo a situação de uns, eu compreendo a situação dos outros e até compreendo a apresentação da proposta do Sr. Deputado Aníbal Pires, mas temos que ser justos e sinceros nessas matérias, porque se criarmos essa exceção que o senhor quer criar, a tendência é como já disse e repito, é de que amanhã temos mais pequenos agricultores, sem saber quantos são, que dinheiro é que é, e temos aqueles que pagam os seus impostos a reclamar.

Para nós, e aquilo que é fundamental e importante (essa questão está salvaguardada pela lei atual) é a proposta apresentada pelo Governo Regional que transpõe para a ordem regional, ordem jurídica, para que se possa prevalecer e se possa decidir sobre essas matérias. Isso é que é o fundamental e termino.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sendo assim estamos em condições de passar à votação deste diploma.

Vamos começar a votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 1.º desta proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PCP, art.º 1-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade de votar em conjunto os últimos três artigos deste diploma.

Não havendo oposição está então à votação o art.º 2.º, 3.º e 4.º desta Proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um pequeno intervalo.

Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referenciar um facto relativamente a este diploma que agora acabámos de aprovar que como se verificou foi aprovado unanimemente, mas uma proposta do PCP que pretendia deixar abertura a quem faz os regulamentos para as feiras e mercados, pudesse ter suficiente latitude para permitir que eventuais produtores pudessem vender excedentes das suas produções, contribuindo dessa maneira para que o rendimento dessas famílias, que são

famílias certamente com um rendimento, não diria muito baixo, mas um rendimento que precisa de algum complemento, o PSD e o PS que representam aqui os grandes interesses económicos, nesta atividade como noutras atividades, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem visto!

O Orador: ... aliás é sintomático situações em que o PSD e o PS, os dois partidos do centrão, os dois partidos que têm governado este País e conduziram-no para a ruína e para a miséria que atualmente vivemos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a declaração de voto?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente isto é uma declaração política!

O Orador: ... naquilo que é essencial mantêm-se unidos e é de facto esclarecedor para as açorianas e açorianos esta situação que aqui se verifica, naquilo que é para defender os grandes interesses do comércio, os grandes interesses do capital, o PSD e o PS mantêm-se unidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso são interesses chineses!

O Orador: É por isso que este País e esta Região estão a atravessar a crise que atravessam...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Viva a Coreia do Norte!

O Orador: ... num rumo de empobrecimento a que conduziu a maioria dos portugueses e dos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E cigarros da Philips Morrison!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Parreira para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, o que está aqui em questão é a justiça das coisas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é tratando por igual que se consegue a igualdade.

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires não quer ouvir. Portanto, nós temos que defender todos por igual, não podemos abrir exceções como o senhor aqui quis fazer.

É bom aqui referir que a presente lei já prevê as feiras ocasionais e aquilo que o senhor traz aqui, não traz nada de novo.

O que o senhor traz aqui e pôs na comunicação social “O PCP quer abrir feiras nos Açores a pequenos produtores ocasionais” não é verdade porque elas já existem na presente lei.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O que o senhor diz aqui é que não é verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O que o senhor diz aqui não é verdade, porque o que está aqui já está na lei.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu só diria que isso é uma excelente declaração de voto!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Mais, aquilo que o senhor diz aqui ...

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Aquilo que o senhor diz aqui ...

Presidente: Sr. Deputado António Parreira, primeiro não entrem em diálogo; segundo, Sr. Deputado por favor cinja-se à declaração de voto, está bem?

O Orador: Sim senhora.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: Como eu já referi estamos aqui a falar de uma questão de justiça, perante os agentes constituídos e os não constituídos e se fossemos ao encontro à iniciativa apresentada pelo PCP púnhamos em sérias dificuldades aquelas

peessoas que trabalham no seu dia a dia e que pagam os seus impostos, perante aqueles que não pagariam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou com responsabilidade esta iniciativa do Governo dos Açores, favoravelmente, mas devo dizer que o nosso sentido de voto manteve-se por uma questão de responsabilidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Maioria esmagadora!

Deputado António Parreira (PS): Está previsto na lei!

O Orador: Mas devo dizer que em relação à insensibilidade demonstrada pelo PS em relação à economia de subsistência e dos mais desfavorecidos, fiquei profundamente chocado com esta insensibilidade, porque não é esta a insensibilidade que se vê depois nas campanhas eleitorais quando se vai bater à porta dos mais desfavorecidos.

Por isso o PS e o Governo demonstraram nesta votação que os mais humildes, os mais desfavorecidos devem ser na sua perspetiva esmagados por uma burocracia que os asfixia e que os deixa à beira da subsistência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso, meus senhores, é profundamente chocante que um partido que se diz de esquerda não tenha depois a sensibilidade social que apregoa todos os dias nos órgãos de comunicação social.

Quando é a sério o PS não se lembra destes pequenos agricultores e da agricultura de subsistência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quando é a sério une-se ao PSD!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma proposta simples e o avanço na vida e na economia também se fazem de coisas simples.

Tudo o que é complexo começou naturalmente por uma coisa simples.

(Risos dos Deputados das bancadas do PCP e do BE)

Deputada Zuraída Soares (BE): La Palisse não diria melhor!

O Orador: Esta medida de apoio e sobretudo ter votado esta proposta singela e simples, mas útil do Partido Comunista ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande alcance!

O Orador: ... e com grande alcance nas famílias, teria sido um gesto magnânimo quer do PS, quer do PSD, sócios nessa matéria, quando é para destruir a agricultura dos pequenos produtores.

Portanto, lamenta-se profundamente ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é que é uma declaração de voto!

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, no dia que eu receber alguma lição sua, aqui dentro, sobre o que é uma declaração de voto ou deixa de ser, eu acho que a abóbada cai, mas pronto, eu aceito o seu repto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não percebeu o que eu disse!

O Orador: Portanto, nós votaremos com todo o respeito e amizade que tenho. Mas foi pena não termos aprovado essa proposta do PCP que realmente traria e se calhar evitava que se vendesse à mesma, ou pelo menos se fazia às claras e se calhar combatia a economia paralela ao contrário do que aqui se afirmou e se há economia paralela temos a Inspeção das Atividades Económicas que devia atuar nessa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto vamos então fazer um pequeno intervalo.

Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 02 minutos.

Presidente: Entramos agora no ponto 10 da nossa Agenda.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum e tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para a apresentação do diploma.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP visa aprofundar, alargar e aperfeiçoar o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, que foi aprovado nesta Assembleia por iniciativa do PCP.

Na altura em que o diploma em vigor foi aprovado sofreu um conjunto de alterações que foi proposto pelo partido da maioria, que tem estado em vigor e parece-nos que é altura de o aprofundar, de alargar e de o aperfeiçoar.

O objetivo desta iniciativa é exatamente este, o de aperfeiçoamento e o de dar mais eficácia a este diploma que visa as regras de transparência na aquisição de publicidade institucional pelos serviços da administração regional e local.

Julgo que não há necessidade de me alargar mais na apresentação desta iniciativa, ela foi apreciada em Comissão, penso que não há necessidade e que o objeto está suficientemente explicado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem não deve, não teme.

Deputado Berto Messias (PS): Começa bem!

O Orador: Este dito popular deve aplicar-se à generalidade da ação governativa e, especialmente, aos diplomas que introduzem e ampliam as regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local.

A transparência, o rigor, a imparcialidade, a equidade e o respeito devem ser atributos indissociáveis da relação delicada entre poderes públicos e comunicação social.

Por ser delicada, deve esta relação regular-se e proteger-se com regras transversais e transparentes que minimizem a tentação e a suspeita de condicionar e favorecer ou penalizar.

Foi por isso que se justificou, em 2010, a criação de legislação específica para a administração regional e local.

É por isso que se justifica, em 2014, o seu alargamento para os serviços dependentes, fundos autónomos e outras entidades, independentemente da sua natureza, que tenham participação direta ou indireta da Região Autónoma dos Açores.

A aplicação de **todos** os dinheiros públicos tem que ser **sempre** transparente.

Por isso esta iniciativa do PCP só pode merecer o apoio do PSD.

Fazemo-lo por uma questão de princípio, mas também, e sobretudo, por uma questão de convicção.

Os órgãos de comunicação social que servem as nossas comunidades pequenas e dispersas estão inseridos em mercados publicitários manifestamente insustentáveis, que tornam muito vulnerável a sua luta permanente pela sobrevivência empresarial.

Impõe-se, por isso, valorizar e reforçar os mecanismos existentes de escrutínio institucional para que o orçamento de todos não seja utilizado em proveito de alguns.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Nos termos do diploma em vigor, o departamento do Governo Regional com competência em matéria de comunicação social envia, anualmente, à Assembleia Legislativa um relatório sobre a aplicação do presente diploma no ano anterior.

Só a 6 de junho de 2014 é que o Governo enviou ao Parlamento os relatórios relativos aos anos de 2012 e 2013.

Em nome da transparência que a legislação vigente e a proposta pressupõem, justifica-se divulgar e conhecer, aqui e agora, embora de forma obviamente sucinta, o registo meramente factual da publicidade institucional contratada pelo poder público na comunicação privada.

Até para assim concluir pela manifesta conveniência de promovermos agora o alargamento orgânico desta obrigação legal.

Desde logo, é curioso constatar como o calendário eleitoral influencia a publicidade institucional:

Em 2012, o último ano do Governo anterior, foram contratados 182.000 euros;

Em 2013, o primeiro ano do Governo atual, foram contratados 34.000 euros.

No ano passado, a Presidência do Governo foi a principal gastadora, com 13.000 euros de publicidade institucional.

Mas há dois anos, quando se disputavam as eleições regionais, a Secretaria Regional da Economia gastou 55.000 euros, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Equipamentos 39.000, a Secretaria da Educação, Ciência e Cultura 21.000, ...

Deputado José Ávila (PS): A Câmara de Ponta Delgada gastou isso, mais ou menos!

O Orador: ... a Secretaria da Agricultura e Florestas 20.000 e a Presidência do Governo 19.000 euros.

Ainda mais curioso é constatar a que órgãos de comunicação social foi contratada a publicidade institucional no conjunto dos anos de 2012 e 2013.

Deputado José Ávila (PS): Têm a mania que são mais sérios que os outros!

O Orador: Também aqui, apenas com factos e sem comentários.

O jornal “Açores 9” recebeu, sozinho, mais de 30% de toda a publicidade atribuída pelo Governo Regional a 40 órgãos de comunicação social dos Açores, sendo 46.000 euros para a sua versão em papel e 14.000 euros para a sua versão *online*.

O jornal “Açoriano Oriental” recebeu 26.000 euros, a “Rádio Açores/TSF” 15.000 euros, a “Média 9” 13.000 euros e a revista “Azorean Spirit” 10.000 euros.

A revista “Saber Açores” e o *site* “Expresso das Nove” receberam, cada qual, cerca de 8.000 euros;

O “Correio dos Açores” e o “Jornal Diário.Com” receberam, cada um, cerca de 7.000 euros;

Ao “Diário Insular” e à RTP/Açores foram atribuídos cerca de 6.000 euros;

A “Rádio Atlântida” e o jornal “Incentivo” tiveram cerca de 5.000 euros;

Ao “Diário dos Açores” e ao “Tribuna das Ilhas” coube cerca de 3.000 euros;

A “Alerta Saúde” e “A União” receberam cerca de 2.000 euros;

Com pouco mais de 1.000 euros de publicidade institucional em dois anos, encontramos “O Breves”, a “Rádio Cais”, a revista “100 Maiores Empresas”, o “Clube Asas do Atlântico”, o guia “Destinazores”, o “Mundo Açoriano” e “O Baluarte de Santa Maria”;

Com menos de 1.000 euros de publicidade institucional em 2012 e 2013, surgem a “Rádio Ilha”, “Rádio Pico”, “Rádio Graciosa”, “Rádio Antena 9” e “Rádio Lumena”;

Com menos de 500 euros, a “Açores Magazine”, o “Atlântico Expresso”, “O Dever”, o “Rádio Clube de Angra” e o “Terra Nostra”;

E ainda com menos de 200 euros em dois anos encontramos, no fundo da tabela, o “Jornal do Pico”, “O Monchique” e a rádio “Voz da Montanha”.

Os próprios relatórios do Governo permitem, portanto, constatar curiosas conclusões, quando se relacionam as informações que nos são fornecidas de forma dispersa:

- que em ano de eleições regionais o Governo aumenta a publicidade institucional em cerca de 80%!
- que um único jornal mensal recebe tanta publicidade do Governo como os cinco jornais diários que se publicam nos Açores todos juntos!
- que há três sites privados que recebem mais publicidade do Governo do que o somatório de todas as rádios e todos os jornais das ilhas de Santa Maria, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Flores!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um escândalo!

O Orador: Não faltariam exemplos (no mínimo, estranhos) para demonstrar a aparente falta de critério na distribuição da publicidade institucional por parte do Governo Regional – desde um departamento que compra 18.000 euros de publicidade a um jornal até outro departamento que compra 11 euros e 60 cêntimos de publicidade a uma rádio ao longo do mesmo ano.

Mas a *ponta do iceberg* é quanto basta para percebermos que é mesmo preciso ir mais além na fiscalização da publicidade institucional – ampliando a natureza das entidades abrangidas e alargando o âmbito das informações exigidas.

E não haverá, nesta matéria, razão de receio. Porque, para terminar como comecei, “quem não deve, não teme”...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os números que o Sr. Deputado José Andrade aqui referiu, isso foi possível devido à transparência e devido ao facto do Governo ter entregue aqui dois relatórios que são a prova de quem não tem nada a esconder.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Explique lá os critérios. Pode ser que nos convença!

O Orador: São relatórios que são públicos e do conhecimento de toda a gente por isso a eles não vou referir-me nem gastar mais tempo.

Vou no entanto cingir-me à apresentação da proposta do Partido Comunista e à posição do Grupo Parlamentar.

Este Grupo Parlamentar do PS concorda com a intenção de alargamento a outras entidades públicas que esta iniciativa do PCP propõe.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não nos vai ler os números outra vez, Sr. Deputado?

O Orador: Pensamos no entanto que esta proposta de alteração pode e deve ser aperfeiçoada no sentido de uma melhor delimitação jurídica, aperfeiçoada no sentido, que também é muito importante, de salvaguardar uma sã concorrência por parte do setor público empresarial açoriano, uma vez que este mesmo setor também atua no mercado concorrencial e para além de concessões de serviço público.

Esta é a posição do PS, uma posição que é clara ou a favor da transparência. Somos a favor da intenção de alargamento a outras entidades públicas que esta iniciativa propõe e reservamos depois para a discussão na especialidade para pormenorizar, digamos assim, as nossas intenções.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já vimos que a liberdade de imprensa tem vários graus!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Gostaria de começar esta minha intervenção por dizer que o Governo Regional concorda com aquilo que disse o Sr. Deputado José Andrade, no que se refere à importância da publicidade institucional para os órgãos da nossa comunicação social de âmbito regional e local.

Concorda, também, e por isso em 2010 o PS viabilizou e aperfeiçoou, segundo aquele que era o seu entendimento, uma iniciativa do PCP, no sentido de pela primeira vez nos Açores se introduzirem regras que viriam impor um conjunto de princípios à aquisição da publicidade institucional ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e permitir, aliás, obrigar à elaboração de um relatório permitindo aos cidadãos o acesso a essa informação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Por isso Sr. Deputado se há coisa de que o senhor não se pode queixar é de falta de transparência.

Deputado André Bradford (PS): Transparência que não existia no tempo do senhor que está ao seu lado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é uma questão de transparência é que as coisas fazem-se à descarada!

A Oradora: O que eu acho interessante, aliás tenho muito gosto em estar aqui a debater este assunto consigo, porque em 2012 era V. Exa. Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que também adquire publicidade institucional.

Eu não sei porquê, mas o senhor não quis dizer aqui à câmara que em 2012 a Câmara Municipal de Ponta Delgada atribui 46,53% da sua publicidade a uma única empresa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Ter-lhe-ia ficado bem assumir que do seu lado e atendendo às funções que o senhor exercia os números estavam divulgados e também eram suscetíveis de uma análise.

Em 2013 ...

Deputado José Contente (PS): As eleições autárquicas!

Deputado Luís Maurício (PSD): Já era a preparação para 2013, aquelas que o senhor perdeu!

A Oradora: ... a Câmara Municipal de Ponta Delgada atribui à mesma única entidade 52,13%.

Mas eu vou dizer os números, é que os vossos 47,3% correspondem a 27% do Governo Regional.

Os vossos 52% correspondem a 23% do Governo Regional.

Ora, eu penso que em matéria de parcialidade e de isenção na atribuição de publicidade institucional, ficamos conversados Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Indo agora àquele que é o verdadeiro objeto do nosso debate que é a iniciativa apresentada pelo PCP.

Como o Governo teve anteriormente oportunidade de dizer, entendemos e concordamos com a necessidade de clarificar o objeto e o âmbito de aplicação deste diploma.

Ressalvei no entanto a importância de salvaguardar as empresas concessionárias de serviços públicos na sua atividade que não fica abrangida pelo âmbito da concessão, porque nessa matéria estas empresas concorrem no mercado, com outras empresas e devem fazê-lo em igualdade de circunstâncias.

Mais claro do que isto penso, também, Sr. Deputado, que não pode haver.

Relativamente à outra matéria, objeto da iniciativa, tive também oportunidade de dizer que entendia que aquilo que se encontra, não em sede do Decreto Legislativo Regional, mas na regulamentação feita pelo Governo e que tem a ver com o conjunto de elementos que devem constar do relatório, entendíamos que a nossa regulamentação era até mais completa, porque por um lado continha aspetos que não estavam, previstos na iniciativa do PCP e por outro

considerámos que haviam elementos que eram redundantes porque resultavam da própria natureza da atividade.

Posto isto, o Governo Regional mantém naturalmente a posição que comunicou em sede da sua audição em Comissão, ou seja, entende como muito oportuna esta iniciativa do PCP, chamando no entanto a atenção para os aspetos que eu já enunciei.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está inscrito agora o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que esta matéria é da maior importância para a qualidade da nossa vida democrática nos Açores, e em geral, absolutamente fundamental para a vida democrática para a generalidade dos sistemas políticos.

Eu vou falar aqui em abstrato.

A verdade é esta: eu considero que ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Falar em concreto é perigoso, tem razão!

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, concordo com essa afirmação, embora eu não seja o destinatário uma vez que, como sabe não temos essas responsabilidades governativas e eu não posso escolher nenhum jornal, rádio ou televisão. Portanto, essa observação não me diz respeito diretamente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Era um bocadinho lacta!

O Orador: Obviamente que o PPM tem os mesmos defeitos e as mesmas virtudes que os outros partidos. Nesta questão não há santos nem pecadores.

A questão é existir um conjunto de regras que permitam que as coisas se passem de forma correta.

O que aqui foi identificado por dois oradores é que existem órgãos de comunicação social que são escolhidos predominantemente para esta publicidade, em relação à distribuição da publicidade que é da responsabilidade do Governo Regional e de outras entidades públicas.

A questão que se coloca aqui é, Sr. Deputado Aníbal Pires, eu percebo que o Sr. Deputado queira introduzir maior transparência, mais informação sobre esta matéria.

Eu considero é que não resolve algumas questões, por exemplo continua o Governo Regional e outras entidades públicas como por exemplo as autarquias também, que não têm que explicar de forma consistente por que razão escolhem este jornal ou esta rádio e não outro e por que é que existe uma assimetria tão acentuada, quando na minha perspetiva o que faria sentido é que o Governo Regional e outras entidades deveriam tentar distribuir de forma equitativa, de acordo também com a importância deste jornal, a distribuição e outros inúmeros fatores (o preço e todos os outros inúmeros fatores). O que é importante é que essa distribuição fosse equitativa.

O que me preocupa por exemplo é uma questão concreta: imagine que um determinado jornal tem uma linha editorial muito agressiva em relação ao Governo Regional.

O Governo Regional tem um elemento de pressão objetivo sobre esse jornal, quando modificar essa linha editorial que é diminuir-lhe as receitas da publicidade. É absolutamente lógico e racional o que eu estou a dizer.

Portanto, se eu dirijo um jornal (e penso dirigir no futuro, é um dos meus objetivos no futuro) penso que não vou ter grandes receitas publicitárias atribuídas por parte do Governo Regional.

Deputado Manuel Pereira (PS): Grande intervenção!

O Orador: Se eu dirijo um jornal e tenho uma linha editorial que é muito agressiva em relação ao Governo Regional, existe ou não o perigo por parte do Governo Regional de pressionar esse órgão de comunicação social, diminuindo as receitas publicitárias? Existe ou não existe?

Deputado Francisco Coelho (PS): A sua visão futura!

O Orador: Existe.

Portanto, é de facto um mecanismo. Eu não estou a dizer que o faça, eu não estou a dizer que o faça.

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma ofensa ao jornalismo.

O Orador: O que eu estou a dizer é que existe essa possibilidade. Essa possibilidade é objetiva.

Portanto, nesse sentido eu considero que esta iniciativa, sendo uma iniciativa que considero que é mais um passo importante, um contributo importante por parte do PCP, continua a não resolver o cerne da questão ...

Deputado André Bradford (PS): Então resolva, Sr. Deputado. Faça um diploma!

O Orador: ... que é de facto continuar a ficar nas mãos do Governo Regional e dos outros institutos públicos e das outras entidades públicas, uma forma de pressão objetiva sobre os órgãos de comunicação social, nomeadamente se eles não tiverem a linha editorial correta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se em 2010 não tivesse vindo a esta Casa a proposta do PCP que criou este diploma que hoje estamos aqui a alterar, ...

Deputado André Bradford (PS): E se ela não tivesse sido aprovada por maioria!

O Orador: ... certamente não seria possível o conhecimento dos valores que são atribuídos pela castradora maioria, não seria possível termos acesso aos valores que são afetos à aquisição de publicidade institucional.

Portanto, só por isso julgo que valeu a pena ter-se dado esse passo e aquilo que se pretende hoje é o seu aperfeiçoamento.

O PCP tem consciência que não é ainda um modelo perfeito, aquele que está aqui hoje a propor, e isto Sr. Deputado Paulo Estêvão também não pretende responder às dúvidas que V. Exa. aqui colocou, aliás penso que na sociedade democrática em que vivemos a imposição de regras, ou, digamos, a intromissão até nos limites e na independência, por exemplo, relativamente às autarquias, não temos competência para isso e julgo que não será possível de forma nenhuma por via de um instrumento legislativo resolver os problemas e as

preocupações que V. Exa. aqui trouxe e com certeza com toda a legitimidade está fora de questão.

Agora, julgo que quer relativamente ao objeto desta iniciativa, quer relativamente ao seu âmbito, tal como disse na apresentação inicial, designadamente relativamente ao objeto e ao âmbito do seu relatório procura aqui introduzir-lhe algum aperfeiçoamento.

Lembro a câmara que em 2010, quando fizemos aqui a discussão, gerou-se aqui uma grande discussão à volta disto porque as propostas do PS desvirtuaram de algum modo aquilo que era a proposta inicial do PCP.

O PCP manteve a proposta e não a retirou.

Isto porquê? Porque nós entendemos que o caminho faz-se caminhando.

Aliás, este princípio e a paciência é uma característica, permitam-me a expressão, dos revolucionários. Não dos reformistas mas dos revolucionários.

Portanto, o caminho faz-se caminhando e aquilo que hoje temos aqui é efetivamente mais um passo nesse caminho e mais um exercício de paciência relativamente a estas questões.

Julgo que depois deste diploma ser aprovado e na versão que vier a ser aprovada melhorou-se relativamente à de 2010 e certamente daqui a dois ou três anos por iniciativa do PCP ou por iniciativa de qualquer outro partido com assento nesta câmara estará aqui a procurar-se ir um pouco mais além.

Como disse o caminho faz-se caminhando.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado José Contente (PS): É uma frase que não é revolucionária!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para que é que serve a utopia?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte uma intervenção muito rápida para um esclarecimento que se impõe na sequência da parte inicial da intervenção da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Falou nos valores de publicidade institucional adquiridos no ano de 2012 pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

É bom saber exatamente quais foram esses valores e a que órgãos de comunicação social eles foram adjudicados para não ficar aqui a mínima suspeita.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Acho que sim! Saber da Câmara Municipal do seu concelho e os do Governo Regional!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ouça agora, Sra. Secretária. Tenha a bondade de ouvir agora!

O Orador: Em 2012 a Câmara Municipal de Ponta Delgada adquiriu 35 mil euros de publicidade institucional.

Desses 35 mil euros foram atribuídos ao Açoriano Oriental doze mil euros; ao Correio dos Açores, doze mil euros; ao Diário dos Açores, quatro mil e quinhentos euros; ao Jornal Diário, dois mil euros; à Rádio Atlântida, dois mil euros; ao Terra Nostra, mil euros e ao Atlântico Expresso, quinhentos euros.

Curioso é constatar que no mesmo ano de 2012 há um departamento do governo que atribui quarenta mil euros de publicidade institucional e a sua distribuição foi a seguinte:

Rádio Açores TSF – quinhentos euros;

Correio dos Açores – mil e trezentos euros;

Destino Açores – mil e quatrocentos;

Açoriano Oriental – dois mil e novecentos;

RTP-Açores – seis mil euros;

Azorean Spirit – nove mil e duzentos euros;

Jornal Açores 9 – dezoito mil euros. Cinquenta por cento do orçamento total.

O Governo pode não ter nada a esconder mas o Governo teria muito a explicar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, não vamos eternizar esta discussão, o relatório está disponível ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não vamos, Sra. Secretária! Não vamos!

Deputado Bruno Belo (PSD): Agora não interessa!

A Oradora: Não. Os senhores podem ter as reações que quiserem, o que interessa, Sr. Deputado, e foi isso que senhor tentou escamotear, obviamente que os valores absolutos da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que atua apenas na área territorial do seu concelho, não se podem comparar aos valores absolutos do Governo Regional. É uma evidência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Claro!

Deputado Luís Maurício (PSD): Claro! Tem um quarto da população dos Açores!

(Aparte inaudível do Deputado José Contente)

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é o departamento do Governo?... Está caladinho!

A Oradora: Por isso é que o senhor quis responder que eu lhe apresentei os resultados em valores relativos, porque em valores relativos a Câmara Municipal de Ponta Delgada entregou 46,53% à Nova Gráfica para as publicações Correio dos Açores e Diário dos Açores.

Em termos absolutos em 2013, a Câmara Municipal de Ponta Delgada gastou tanto como o Governo Regional.

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem alguma dúvida Sr. Deputado sobre isso?

A Oradora: Sendo como o senhor diz deveria ter despendido muito menos.

Deputado José Andrade (PSD): A Sra. Secretária só diz o que lhe convém!

A Oradora: Sr. Deputado, eu só fui buscar estes números porque acho que quando se faz uma análise e se apela à transparência, como o senhor fez, e faz muito bem, apelar à transparência e à imparcialidade, temos de ser verdadeiramente imparciais.

Portanto, o senhor não pode chegar aqui e apresentar os dados de uma entidade e não apresentar os dados da outra.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já percebemos tudo, Sra. Secretária!

A Oradora: Eu penso que em termos de valores relativos eu expliquei-me bem. Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem apresenta a iniciativa é a Representação Parlamentar do PCP, obviamente eu percebo que o Governo não tem responder, mas é uma pergunta que eu não resisto, tenho que fazê-la, responde se quiser Sra. Secretária.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se quiser não!

O Orador: Não, eu tenho que fazer a pergunta é a quem apresenta a iniciativa, mas ao Governo dado os valores que agora foram aqui divulgados, que são do conhecimento público e que estão disponíveis nos relatórios, ...

Deputado André Bradford (PS): Já estão nos relatórios!

O Orador: ... a pergunta que eu lhe faço é esta: que razões explicam esta aparente preferência pelo Jornal Açores 9, tão significativa e com o apoio tão substancial, fundamentalmente comparado com outros órgãos de comunicação social?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante esta iniciativa do PCP e vê-se pelo debate que está a gerar, a câmara tem muita tendência a fugir ao debate em questão, e o debate em questão é sobre a transparência da publicidade institucional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é importante!

O Orador: Esta transparência é importante e não é só para apresentar números ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu comecei por dizer isso!

O Orador: ... é para tentarmos perceber o que é que de facto está bem feito ou está mal feito.

O que assistimos recorrentemente nesta câmara é à troca de acusações quase pessoais entre quem faz pior.

Deputado André Bradford (PS): Embora quem faça pior seja o PSD!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que isso vindo si, Sr. Deputado!... Veja lá se não lhe cai em cima!

O Orador: Voltando de novo ao que interessa a essa câmara, não me interessa saber quem é que faz pior o que interessa é fazer bem.

Há questões aqui que precisavam ser devidamente explicadas mas seriam outro debate e o outro debate seria porquê as discrepâncias entre os anos de eleições e os anos de não eleições de publicidade institucional.

Por isso é extremamente eficaz e é extremamente importante que possamos definir as regras claras da publicidade institucional para que haja respeito pelo Governo Regional, pelas decisões do Governo Regional e pelas instituições democráticas do arquipélago dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Para responder à questão que me colocou o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faço com gosto.

Essa questão já foi, aliás, anteriormente debatida nesta câmara e já na altura o Governo teve oportunidade de esclarecer que os critérios que utiliza, aliás à semelhança do que fazem as outras entidades, tem a ver desde logo com as características da mensagem, com a eficácia em termos de abrangência que ela deve ter e em função da natureza da mensagem de eficácia desejada, por aí se escolhe o órgão ao qual ela é adquirida.

Gostaria no entanto também de relevar e penso que as Sras. e Srs. Deputados concordarão que nesta, como noutras matérias, o Governo Regional tem feito um esforço e penso que os resultados estão à vista.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Realmente houve um esforço! O objetivo do esforço é que está por concretizar!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que não fiquei esclarecido em relação à resposta porque a resposta não foi objetiva.

Coloquei-lhe uma questão muito específica, tendo em conta os valores deste jornal, eu também conheço as características da nossa comunicação social, nada tenho contra o jornal em questão, até pelo contrário, portanto não tenho nenhuma questão, mas levanta-me de facto esta dúvida em relação a um predomínio tão grande, por parte deste órgão de comunicação social de forma específica.

Pedi-lhe uma explicação específica em relação a esta questão e devo dizer que a Sra. Secretária não me deu essa resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não querendo responder a uma questão que não me foi dirigida a mim, mas tentando uma clarificação eu acho que não há nada mais claro, efetivamente, do que o Decreto Legislativo Regional que ainda se encontra em vigor e que estão agora as suas alterações a serem debatidas nesta Casa.

O art.º 3.º do Decreto Legislativo Regional 20/2010/A, diz e passo a ler para relembrar efetivamente: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não precisa ler!

A Oradora: “Sem prejuízo das respetivas estratégias de comunicação a aquisição de publicidade institucional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sem prejuízo!

A Oradora: ... em órgãos de comunicação social (ainda não acabei) pelas entidades referidas no art.º 1.º deve obedecer a princípios de equidade, isenção, eficácia e adequação dos meios à finalidade de interesse público da mensagem.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A questão da isenção é que é preciso discutir!

A Oradora: Ponto 2: a publicidade institucional adquirida nas circunstâncias referidas no número anterior, deve obedecer a uma equilibrada distribuição pelos diversos suportes e espaços existentes, sempre que a natureza e conteúdo da mensagem o permita”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que este artigo também tem que ser alterado!

A Oradora: Toda e qualquer mensagem tem efetivamente um objetivo, tem um público alvo, logo deverá ser aplicada em cada análise uma ponderação dos meios mais adequados para que essa mensagem seja veiculada de modo a que não se corra o risco de se distribuir por meios que não serão eficazes, gastando assim o dinheiro dos açorianos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E de táxis em Londres, não é?

A Oradora: ... de forma não inteligente, sem a correspondente consideração da eficácia que a mensagem possa vir a ter.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Gostei da primeira frase! O n.º 1 da primeira frase é interessante: sem prejuízo de ...

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputada Marta Couto, quando tomou a palavra eu pensei que iria ser mais objetiva ...

Deputada Marta Couto (PS): Mais objetiva do que fui?

O Orador: ... e que teria alguma descrição adicional.

Portanto, eu fiz uma pergunta muito objetiva sobre um órgão de comunicação social que foi devidamente identificado e a Sra. Deputada lê-me a lei que todos nós conhecemos e estamos aqui a discutir.

A Sra. Deputada com esses argumentos e lendo a lei, não vejo por que razão existe a atual distribuição em relação à publicidade institucional que se verifica neste momento na Região Autónoma dos Açores em relação ao Governo Regional.

Portanto, eu coloquei a questão, considero que não estou esclarecido e considero que esta proposta do PCP deve receber um suplemento, por isso solicito 15 minutos de intervalo regimental para apresentar uma proposta de alteração, por parte do PPM.

Presidente: É regimental.

Regressamos 19 horas e 20 minutos.

Eram 19 horas e 04 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, de momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

A intervenção da Deputada Marta Couto provocou-me imensas dúvidas, porque ao citar a lei de facto exige-se que a gente perceba o que é que a lei diz e a lei tem um conjunto de indicações que devem ser cumulativas e nenhuma delas deve ser exclusiva.

Não consigo perceber como é que a equidade, a isenção, eficácia, a educação dos meios, à finalidade do interesse público da mensagem, pode justificar discrepâncias entre 40 000 euros num ano e 11,6 euros em dois anos, para diferentes órgãos de comunicação social.

De facto isto é inexplicável, qualquer que seja o critério, ademais quando sabemos que vivemos numa Região que tem riscos meteorológicos e que há necessidade de publicidade institucional inclusivamente comunicação de risco pelo Governo Regional em todas as ilhas dos Açores, explicar como é que há equidade, isenção, eficácia e adequação dos meios para mensagens dessa natureza e que se paga única e simplesmente em dois anos, 11,60 euros, se não é uma brincadeira anda muito lá perto.

Por isso, é extremamente importante que os critérios relativamente à publicidade institucional sejam claros e sejam justificados de forma a que possamos fazer uma análise objetiva das decisões, da eficácia da mensagem e do que é que está a ser feito com o dinheiro que é do erário público.

Deputado André Bradford (PS): Igual para todos! O mesmo dinheiro para cada um!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Não havendo inscrições e como deu entrada ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer inscrever-se?

O que eu ia a dizer é que como deu entrada na Mesa uma proposta de alteração apresentada pelo PPM, teremos que fazer aqui um pequeno intervalo de forma a que ela possa ser distribuída por todos.

Cinco, dez minutos para que também os partidos tenham tempo de analisá-la e para que depois se possa iniciar a votação.

Sendo assim regressamos às 19 horas e 35 minutos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Apresente a proposta!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente para uma interpelação à Mesa.

O PS está a dizer-me, em aparte, para eu ler a proposta e apresentar a proposta.

Por uma questão de economia de meios, eu estou nessa disposição, se os outros Grupos Parlamentares todos estiverem, eu posso apresentar a proposta.

Presidente: A proposta deu entrada, já está a fotocopiar, em cinco minutos ela está aqui, pelo menos aos líderes e à Sra. Secretária.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, se me permite, e havendo acordo todos nós podemos votar o diploma na generalidade, entrar na especialidade tendo em conta que há outras propostas de alteração em discussão.

O colega Paulo Estêvão apresentará a sua proposta e depois de cá chegar nós continuaremos os nossos trabalhos.

Não me parece que mais um intervalo seja muito produtivo.

Presidente: Estão todos de acordo então com esta metodologia?

Muito bem.

Entretanto já chegou aos líderes e à Sra. Secretária Regional cópia da proposta de alteração.

Aos restantes Sras. e Srs. Deputados, será entregue o mais breve possível.

Sendo assim, Sr. Deputado Paulo Estêvão ainda quer usar da palavra para apresentar a proposta?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não Sra. Presidente. Faço-o em sede de especialidade.

Presidente: Então sendo assim podemos e julgo que estamos em condições de fazer a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar então ao debate e votação na especialidade.

Temos uma proposta de alteração ao art.º 1.º apresentada pelo PS, que colocarei de imediato à votação.

Sr. Deputado José Andrade pede a palavra?

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Para requerer a votação separada das alíneas do art.º 1.º.

Presidente: Muito bem.

Colocarei então à votação a proposta de alteração ao art.º 1.º alínea a alínea.

Está à votação a alínea a).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea b).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea d).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ...

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS entende no respeitante a estas propostas de alteração que por questões de salvaguarda das empresas públicas que não só se movimentam no ambiente de obrigações de serviço público, mas também a nível do mercado concorrencial, que estas devem ser previstas neste diploma apenas nos limites da concessão, de forma a não prejudicar a sua atuação no mercado concorrencial normal.

Esta opção vertida neste art.º 1.º reflete também uma solução que foi adotada na República...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me diga que a República fez uma coisa dessas!

Deputado José Contente (PS): Às vezes faz!

O Orador: ... e que tem sido aceite e considerada como a mais equilibrada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou contra a alínea d), proposta pelo PS, exatamente porque nos parece que ela é mais redutora do que aquilo que inicialmente propõe o Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PCP.

O PS aqui o que pretende é excluir as empresas que embora não sendo concessionárias de serviço público, têm uma participação direta ou indireta por parte dos organismos públicos da Região Autónoma dos Açores.

Se se trata de introduzir transparência na aplicação dos dinheiros públicos não faz sentido essa alteração que o PS agora propõe.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar na votação.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao art.º 3.º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito do debate que se gerou em relação a esta questão nós considerámos que seria um contributo positivo se as diversas entidades agora consideradas, tiverem a obrigação de descrever as opções que tomam e discriminar em relação à publicação da publicidade institucional. As opções que tomam em relação a cada órgão de comunicação social de forma específica e as opções que tomam em relação a esta matéria, ou seja que não seja meramente informativo das decisões que foram tomadas e aquilo que aconteceu de facto, mas que também seja explicada cada opção.

Eu penso que este é um contributo e uma mais-valia justificada.

Portanto, esta justificação traz na nossa perspetiva uma maior transparência em relação esta matéria e também, com certeza, uma maior exigência.

É este o desafio que deixo ao Governo Regional, ao PS e a todos os partidos desta câmara.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo Regional não vota!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada também pelo PS ao art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas alterações ao artigo 4.º refletem uma declinação das informações que devem constar do relatório que já consta, efetivamente, da portaria que regulamenta o Decreto Legislativo Regional 20/2010/A e que nós consideramos completa.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também aqui o PSD não poderia votar a favor desta proposta do PS, porque também aqui ela é redutora relativamente ao projeto apresentado pelo PCP.

O PS aqui elimina a obrigação de apresentar no relatório uma descrição sumária da mensagem transmitida, quando em boa verdade é exatamente isso que justifica ou não a razão de ser da aquisição realizada.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, eu pensei que as declarações de voto só se poderiam realizar no final da votação do diploma.

Abdiquei de fazer no caso da alteração que estava a propor exatamente porque tinha conhecimento dessas regras.

Estou surpreendido que a Sra. Presidente tenha permitido que a Sra. Deputada faça uma explicação ou uma declaração de voto (não sei como é que posso categorizar).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pela segunda vez!

O Orador: Considero é que de forma nenhuma integra-se naquelas que são as regras que têm sido aceites por todos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, obrigada pela sua referência.

A Mesa permitiu à Sra. Deputada Marta Couto e ao Sr. Deputado José Andrade, da primeira vez que fizeram a sua intervenção, no sentido de que estavam a explicar o conteúdo das suas alterações.

Poderia ter sido feito antes, como o senhor fez antes. Foi nesse sentido que a Mesa permitiu, aliás ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas já tinha sido votado!

Presidente: Esta segunda intervenção pois de facto poderia ter dado a entender que poderia ser uma declaração de voto, mas entendi-a como da primeira vez, que era uma explanação sobre as alterações que eles queriam introduzir ao diploma.

Deveria ter sido feito antes, mas não foi feita aqui nenhuma intencionalidade e sim a explicação a importância das alterações que estavam a ser introduzidas, mas claro que se forem apresentadas antes de serem votadas, melhor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mais correto!

Presidente: Sr. Deputado José Andrade já lhe tinha dado a palavra. Penso que sim.

Vou colocar agora à votação o art.º 1.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Gostava que se repetisse a votação Sra. Presidente.

Presidente: Claro que sim. Irei repetir.

Portanto, coloco à votação o art.º 1.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional com as alterações que foram aqui votadas e introduzidas neste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e uma abstenção do PPM.

Presidente: Irei colocar agora à votação e penso que não haverá oposição os dois aditamentos apresentados pelo PCP, porque são apenas aspetos formais que são introduzidos no diploma e que se referem efetivamente ao aditamento de um art.º 2.º e 3.º a este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o Projeto de DLR foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos avançar com...

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós ficámos a conhecer ao longo deste debate que o Governo Regional e outras entidades públicas têm tomado decisões absolutamente assimétricas em relação à publicação de publicidade institucional em diversos órgãos da comunicação social.

O Governo Regional e o PS o que disseram, ao longo deste debate, foi que estão disponíveis para transmitir essa informação, que não os envergonha um órgão de comunicação social ter uma preferência esmagadora por parte do Governo Regional.

Agora, consideram é que podem ficar por aí, não têm que explicar como é que realizaram as suas opções, não têm que explicar as suas opções e critérios a que presidiram.

Portanto, nesse sentido o que temos aqui é uma má solução. Nós o que temos aqui é uma má solução! É um Governo Regional e um Partido Socialista que continuam a recusar-se explicar aos açorianos e ao Parlamento dos Açores as suas opções. Explicar por que é que escolhem de forma esmagadora um determinado órgão de comunicação social e não escolhem outro.

Esta é a opção do Governo Regional nesta matéria.

Eu penso que em relação a esta matéria, esta decisão e esta posição do PS e do Governo Regional nada traz de bom para a democracia.

Mais do que isso, é que nós verificámos que mais uma vez a proposta do PCP serviu de barriga de aluguer das propostas que o PS quis introduzir.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E já não é a primeira vez!

O Orador: Meus senhores, outra vez o efeito prático é que o PS utiliza uma proposta do PCP para branquear este processo. E o que é que faz o PCP? Não se importa. O PCP não se importa de ser usado neste processo, eu diria, usado e abusado neste processo.

Portanto, meus senhores nós percebemos ao longo do debate que tínhamos que dar um contributo e demos.

Nós também percebemos no final deste debate que o PS e o Governo continuam a barricar-se numa posição que é: “Não damos explicações a ninguém e

continuamos a ter os nossos favoritos na comunicação social que têm a ver sobretudo com uma linha editorial que nos é favorável”.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isso não é verdade!

Deputado André Bradford (*PS*): É mentira!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se em 2010 o PCP não tivesse trazido aqui (e apesar do seu diploma inicial ter sido desvirtuado) uma iniciativa que criou pela primeira vez um diploma que obrigava o Governo à publicação anual de um relatório sobre a atribuição da publicidade institucional, ...

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): E se o PS não tivesse aprovado!

O Orador: ... hoje não teria sido possível, assim como não teria sido possível em momentos anteriores, que qualquer Deputado pudesse emitir os juízos que já hoje foram aqui emitidos e noutras ocasiões foram emitidos, sobre a atribuição de publicidade institucional.

Portanto, o mérito reside aí, apesar de em 2010 o diploma ter sido desvirtuado pelo PS.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Segunda barriga de aluguer!

O Orador: Mas a verdade é que pela primeira vez isso aconteceu na Região Autónoma dos Açores ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): A primeira vez foi com a do PSD. Agora foi com a sua!

O Orador: ... e hoje, passados quatro anos, o PCP conseguiu dar mais um passo, melhorou-se e aperfeiçoou-se o diploma. Perguntar se o PCP está satisfeito? Não está. Mas tal como há pouco eu disse o caminho faz-se caminhando.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): À terceira será de vez!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não se trata aqui ser barriga de aluguer, aliás, de barriga de aluguer tem servido o senhor e com alguma promiscuidade, porque o senhor serve de barriga de aluguer a qualquer um dos presentes.

(Risos da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Parece-me evidente. Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor é que disse primeiro que o Deputado Aníbal Pires serviu de barriga de aluguer!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, a referência que fiz ao seu partido, nem sequer foi pessoal, foi uma referência à sua atitude do ponto de vista político.

Portanto, não é a primeira vez que o senhor toma esse tipo de atitudes em nome da Representação Parlamentar do PCP.

O que lhe dei foi uma posição objetiva.

O senhor apresenta aqui uma proposta, o PS modifica-a, faz o que bem entende e o senhor vota a favor.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Portanto, esta crítica que eu lhe fiz...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: Calma...

O Orador: Diga.

Presidente: Defesa da honra, Sr. Deputado. Já está aí a extravasar.

O Orador: Não estou Sra. Presidente.

Presidente: O senhor tem que reagir...

Sras. e Srs. Deputados...

O senhor tem que reagir, como bem sabe à ofensa que lhe foi dirigida.

Deputado Manuel Pereira (PS): Qual foi a ofensa?

O Orador: Sra. Presidente eu vou concluir.

Só para lhe dizer que eu fiz uma crítica política e o senhor mais uma vez foi acintoso, sem qualquer tipo de prestígio e de classe para se sentar nesta Casa ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Olha quem fala!

O Orador: ... quando o senhor não tem porque fez um discurso acintoso, ofensivo em relação a um Deputado que lhe fez uma crítica política.

O senhor responde a uma crítica política com uma ofensa pessoal.

Sr. Deputado, desta vez eu tenho muitas discordâncias consigo, mas não posso deixar que me ofenda do ponto de vista pessoal.

Eu fiz-lhe uma crítica política a si e ao seu partido que é objetiva. O senhor acaba de votar a favor de uma iniciativa que foi modificada e alterada completamente pelo PS. Essa foi a definição.

O senhor aproveitou para fazer aqui uma classificação do ponto de vista pessoal e uma ofensa pessoal.

Sr. Deputado é isso que nos separa: o senhor foi acintoso, ofensivo. Eu fiz-lhe uma crítica política, pura e simplesmente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ninguém entendeu isso, só o senhor!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Naturalmente que darei a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para reagir, como o Regimento prevê, mas Sras. e Srs. Deputado, nós estamos a terminar os trabalhos.

Não posso deixar de dizer que este tipo de linguagem não pode continuar a existir neste Parlamento.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem, Sra. Presidente!

Presidente: Portanto, temos que nos saber entender, debater e enfrentar as nossas diferenças com respeito e educação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS) e Deputado Luís Maurício (PSD):
Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem três minutos para reagir.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar o seguinte.

É evidente que todos nós percebemos que aquilo que foi dirigido por mim ao Sr. Deputado Paulo Estêvão não foi, de maneira, um insulto pessoal.

Foi, da mesma forma, como o Deputado Paulo Estêvão fez, uma apreciação política.

Para que fique claro, aconteceu precisamente a mesma coisa em 2010, quando aqui foi aprovada a iniciativa do PCP.

A iniciativa foi desvirtuada, mas foi aprovada pelo PCP e graças a isso, porque o PCP podia ter retirado a proposta quando apareceram as propostas do PS, graças a isto, hoje o Sr. Deputado Paulo Estêvão teve oportunidade de tecer as considerações que teceu, legitimamente.

Mais, não foram respondidas porque o PCP não retirou a proposta em 2010 e hoje o que aqui aprovámos, apesar de ter sido desvirtuado novamente, melhorou, quer o objeto, quer o âmbito do relatório que tem que ser apresentado anualmente.

Isso é que é importante e o caminho, Sr. Deputado faz-se caminhando, como eu há pouco disse.

Se V. Exa. entendeu que o termo que utilizei e que tinha sido utilizado por V. Exa. foi um insulto pessoal, entendeu mal...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... porque as apreciações que eu aqui faço, quer relativamente a V. Exa., quer relativamente aos Membros do Governo, quer relativamente aos membros de

qualquer outra bancada, são apreciações, são juízos políticos e não de ordem pessoal.

Aliás, V. Exa. conhece-me o suficiente...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou já terminar.

... para não poder ajuizar-me da forma como ajuizou.

O que eu aqui digo tem estritamente a ver com as questões e com os posicionamentos políticos ...

Deputado Miguel Costa (PS) Já está resolvido!

O Orador: ... e não com questões de ordem pessoal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação à Mesa, no sentido de solicitar à Sra. Presidente ao abrigo de que norma do Regimento, permitiu ao Sr. Deputado Aníbal Pires, responder à minha defesa da honra, porque está escrito no art.º 83.º, isto não é um contraprotesto.

Eu acabei de realizar a defesa da honra, acabei de utilizar a palavra para defender a minha honra e não estou a ver no art.º 83.º, no n.º 1 e no n.º 2, nenhuma prerrogativa que permitisse à Sra. Presidente dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu vou ler-lhe o que diz o Regimento. Art.º 83.º, n.º 1: “Sempre que um Deputado entender que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode usar da palavra para se defender, por um tempo não superior a três minutos”.

O n.º 2, diz assim: “ O autor das expressões consideradas ofensivas, pode dar explicações, por tempo não superior a três minutos”.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: O autor das expressões que por si foram consideradas ofensivas, tem direito a defender-se também.

Portanto, Sr. Deputado penso que estamos esclarecidos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Então peça desculpa agora!

Presidente: Os trabalhos terminam agora, mas eu peço aos líderes e à Sra. Secretária o favor de se aproximarem da Mesa.

Eram 19 horas e 57 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

José Manuel Gregório de Ávila

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha Nunes

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

Cláudio Borges Almeida

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

P'la redatora, Noélia Escobar